

**CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

**VANDA DAS NEVES GOMES**

**A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS ESCRAVIZADOS NOS LIVROS  
DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS  
EM PRESIDENTE KENNEDY/ES**

**SÃO MATEUS-ES**

**2022**

VANDA DAS NEVES GOMES

A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS ESCRAVIZADOS NOS LIVROS  
DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS  
EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

SÃO MATEUS-ES

2022

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Centro Universitário Vale do Cricaré – São Mateus – ES

G633r

Gomes, Vanda das Neves.

A representação dos negros escravizados nos livros didáticos do ensino fundamental anos iniciais em Presidente Kennedy/ES / Vanda das Neves Gomes – São Mateus - ES, 2022.

111 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

1. Negros nos livros didáticos. 2. História – Ensino fundamental. 3. Escravidão - Brasil. 4. Cultura afro-brasileira. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 371.32

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

**VANDA DAS NEVES GOMES**

**A REPRESENTAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS NOS LIVROS  
DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS EM  
PRESIDENTE KENNEDY/ES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação no Centro Universitário Vale Do Cricaré (UNIVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovado em 29 de abril de 2022.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



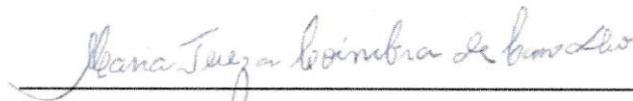
---

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**  
Presidente

*Sônia Maria da Costa Barreto*

---

**Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto**  
Membro Interno



---

**Profa. Dra. Maria Tereza Coimbra de Carvalho**  
Membro Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ser meu alicerce, por me dar força e por me de dar saúde para chegar até aqui.

Ao meu esposo, que nunca mediu esforços para me ajudar, estando sempre ao meu lado me apoiando, me incentivando e não me deixando desanimar.

A minha amiga Elba, por me incentivar e me ajudar nos momentos mais difíceis, me impulsionando a seguir sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, pelo incentivo, pela contribuição, pela competência e pelo respeito, desde a fase inicial até a finalização desta pesquisa.

À Dr<sup>a</sup> Sonia Maria da Costa Barreto, pelas contribuições e sugestões na minha banca de qualificação.

Ao Centro Universitário Vale do Cricaré, por dispor de profissionais qualificados que me estimularam e ajudaram a chegar até aqui e pelo apoio e suporte oferecido durante a realização no decorrer do curso de mestrado.

À prefeitura de Presidente Kennedy/ES por meio do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico de Presidente Kennedy (PRODES/PK) no município, pela bolsa de estudos que me permitiu dois anos de formação acadêmica diferenciada e de qualidade.

A todos os familiares e amigos que, direta ou indiretamente, estão fazendo parte dessa minha trajetória.

Não são as técnicas, mas sim a conjugação de homens e instrumentos que  
transforma uma sociedade.

Paulo Freire

## RESUMO

GOMES, Vanda das Neves. **A representação dos negros escravizados nos livros didáticos adotados no Ensino Fundamental Anos Iniciais em Presidente Kennedy/ES**. 2022. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Universitário Vale do Cricaré, São Mateus, 2022.

O estudo busca analisar de que forma o negro escravizado e seus descendentes são retratados nos livros didáticos de História do ensino fundamental séries iniciais em Presidente Kennedy/ES, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático. Dessa forma, verificamos se esses livros são apresentados como algo coisificado ou como protagonistas de sua própria história. Questionamos, como objetivo de pesquisa, se esses livros didáticos têm seguido o que aponta a nova historiografia, que coloca o escravizado e seus descendentes como protagonistas da sua História, assim como o que preceitua a Lei de Diretrizes de Base nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que determina a obrigatoriedade de estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de História e cultura afro-brasileira. Para tanto, discutimos conceitos como racismo, preconceito e escravismo e ainda a questão do livro didático. Utilizamos, como aporte teórico, Conrad (1994), Machado (2004), Bierman (2006) e Christian (2009). A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando como instrumento a entrevista semiestruturada. Serão entrevistados três professores de História da rede municipal de ensino de Presidente Kennedy/ES. Utilizamos como fonte os livros didáticos de História do Ensino Fundamental Anos Iniciais da rede pública municipal de Presidente Kennedy/ES. Através da nossa análise nos livros didáticos e textos/documentos, também incentivamos os professores a adotarem um modelo semelhante na seleção de matérias/textos para serem trabalhados nas salas de aula.

**Palavras-chave:** Negro escravizado. Livro didático. Ensino Fundamental Anos Iniciais. Presidente Kennedy/ES.

## ABSTRACT

GOMES, Vanda das Neves. **The representation of enslaved blacks in the textbooks adopted in the elementary years elementary school of the municipality of Presidente Kennedy/ES.** 2022. 111 f. Dissertation (Professional Master in Science, Technology and Education) – Vale do Cricaré University Center, São Mateus, 2022.

The study seeks to analyze how the enslaved negro and his descendants are portrayed in the textbooks of History of Elementary School Initial Series in President Kennedy/ES, approved by the National Textbook Program. Thus, we check whether these are presented as something coisified or as protagonists of their own history. We propose as research objective whether these textbooks have followed what points to the new historiography that places the enslaved and his descendants as protagonists of his history, as well as, what precedes the Basic Guidelines Law and Law 10.639/2003, which determine the mandatory study on ethnic-racial relations and the teaching of history and Afro-Brazilian culture. To this end, we discuss concepts such as racism, prejudice and slavery and the issue of the textbook. The authors: Conrad (1994), Machado (2004), Bierman (2006) and Christian (2009) used as theoretical contribution. The research is qualitative in nature, using the semi-structured interview as an instrument. Three history teachers from the Municipal Teaching Network of President Kennedy/ES will be interviewed. We also used as a source, the textbooks of History of Elementary School Early Years of the municipal public network of Presidente Kennedy/ES. Through our analysis in textbooks and texts/documents, we also encourage teachers to adopt a similar model in the selection of subjects/texts to be worked on in the classrooms.

**Keywords:** Black enslaved. Textbook. Elementary school early years. President Kennedy/ES.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Livro didático de Geografia do 4º ano .....	43
Figura 2 – Quilombo de Ivaporunduva, Município de Eldorado/SP .....	43
Figura 3 – Livro didático de Geografia do 5º ano .....	45
Figura 4 – Livro didático de História do 4º ano .....	46
Figura 5 – Matriz de saberes.....	48
Figura 6 – Miniatura do Guia Pedagógico disponível no Apêndice .....	49
Figura 7 – Momento 1 de entrevista com a professora .....	56
Figura 8 – Momento 2 de entrevista com a professora .....	57

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CIHD	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISHD	<i>International Society for History Didactics</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PPP	Projeto Político-Pedagógico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVO GERAL .....	15
<b>1.2.1 Objetivos Específicos</b> .....	<b>15</b>
<b>2 ESCRAVIDÃO, MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS E OS AFRODESCENDENTES NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES TEÓRICAS</b> .....	<b>19</b>
2.1 O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS PARA O BRASIL.....	19
2.2 A RESISTÊNCIA E AS ACOMODAÇÕES .....	21
2.3 OS QUILOMBOS .....	24
2.4 O VIVER DOS LIBERTOS NO BRASIL .....	27
2.5 A LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS, OS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA HOJE.....	28
2.6 A LEI DE DIRETRIZES E BASES, O LIVRO DIDÁTICO E A LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.....	31
<b>2.6.1 Livros didáticos de História</b> .....	<b>34</b>
2.7 LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003: OBRIGATORIEDADE DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.....	38
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>40</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA</b> .....	<b>42</b>
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS POR INTERMÉDIO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES.....	51
<b>4.1.1 A contribuição do professor A de História</b> .....	<b>52</b>
<b>4.1.2 A contribuição da professora B de História</b> .....	<b>53</b>
<b>4.1.3 A contribuição da professora C de História</b> .....	<b>55</b>
<b>5 O PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS</b> .....	<b>59</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
REFERÊNCIAS.....	86
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>92</b>
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	92
<b>ANEXOS</b> .....	<b>98</b>
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....	98

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE...	107
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....	108

## 1 INTRODUÇÃO

A temática sobre a escravidão e a repercussão que essa triste história perdurou no Brasil — do século XVI ao século XIX — na vida dos brasileiros, ainda reflete na vida dos descendentes desse grupo étnico. Atualmente, tal assunto ocupa a mídia escrita, falada e televisada, com importantes debates no mundo acadêmico, buscando-se compreender como a escravidão reproduz impactos na sociedade, em que os descendentes de escravizados, quer sejam africanos, quer sejam nascidos no Brasil, permanecem massacrados de forma estigmatizante. Vistos como seres inferiores, com posições socioeconômicas insignificantes na escala social, ainda são alvo de preconceito, racismo e discriminação, chegando-se a classificar esses preconceitos como estruturantes em nossa sociedade.

Trabalhamos o conceito de estigma a partir de Goffman (2013), cujo termo é usado em referência a um atributo depreciativo e indesejável, incoerente com o estereótipo criado para um determinado tipo de indivíduo. Embora o autor trate de três tipos distintos de estigma, estamos aqui trabalhando com aquele em que os indivíduos são reconhecidos por suas fraquezas individuais — no caso da escravidão, simplesmente por serem negros e terem pele de coloração diferente dos brancos colonizadores e/ou senhores. Em todos os três tipos em que se firmam o estigma, há em comum as mesmas características sociológicas:

[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto (GOFFMAN, 2013, p. 14).

Para o autor, os considerados normais acreditam que alguém com estigma não seja completamente humano e, nesse sentido, são feitas discriminações que repercutem na qualidade de vida e existência da pessoa estigmatizada. Em torno do fato, constroem-se teorias e ideologias que explicam a inferioridade dessas pessoas, demonstra-se quão perigosas elas são e justificam-se medidas que objetivam a proteção da sociedade do eminente perigo que os estigmatizados representam.

Em relação aos conceitos de preconceito, racismo e discriminação, é preciso entender que esses três elementos são distintos: a) preconceito seria um julgamento, muitas vezes sem conhecimento de causa, já discriminação ocorre quando fazemos diferença no modo de tratar as pessoas, seja por quais razões forem — por serem

negras, por serem pobres; b) discriminação é o ato de diferenciar, de tratar pessoas de modo diferente por diversos motivos; c) racismo é uma forma de preconceito ou discriminação motivada pela cor da pele ou origem étnica.

O racismo, o preconceito e a discriminação contra os descendentes de escravizados nascidos na África ou no Brasil iniciaram-se em nossa História desde a sua chegada nas primeiras décadas do século XVI e se fortaleceram a partir do século XIX quando começaram a ser disseminadas as teorias racialistas, que acabariam forjando a identidade nacional. Tais teorias colocavam os descendentes de negros como inferiores e, por isso mesmo, deveriam ser negligenciados. Para que o Brasil pudesse ser um país civilizado, seria necessário embranquecer a raça, daí uma campanha em favor da vinda de imigrantes europeus que ocorreu a partir do século XIX. Para entender melhor as teorias racialistas, indicamos a leitura do livro de Georges Raeders (1988), *O inimigo cordial do Brasil: o conde de Gobineau no Brasil*, que dizia que o Brasil ,era um país excelente, o que o estragava era a mistura de raças, negro com índios e brancos, e que para que esse processo se alterasse era preciso embranquecer a população. Outros teóricos racialistas também acompanharam esse discurso, como Nina Rodrigues, José de Alencar, Sílvio Romero, entre outros, conforme pontua Guimarães (2004).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 mais da metade da população brasileira seria preto ou parda, mas quando vamos verificar a escala social que esta mesma população ocupa em nossa sociedade, verifica-se que aí são os brancos a maioria. No que se refere aos melhores cargos e salários, 68,6% são brancos em cargos gerenciais contra 29,9% de pretos e pardos.

Podemos ainda, segundo essa mesma fonte, ampliar esse leque de diferenças gritantes entre pretos, pardos e brancos. Nos cargos legislativos, 75,6% são brancos contra 24,4% pretos ou pardos. Em relação à escolarização, somente 3,9% são brancos e 9,1 entre pretos e pardos. Em relação a homicídios por 100 mil habitantes, entre a população branca a média é de 34,0%, entre pretos e pardos, 98,5%. O rendimento mensal de pessoas brancas naquele ano foi R\$ 2.796,00, enquanto o rendimento mensal médio de pessoas pretas ou pardas foi R\$ 1.608,00 (IBGE, 2018). As diferenças não param por aí. O 13º Anuário de Violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) aponta que, em 2018, 75,4% das vítimas mortas por policiais eram pretas e pardas (BRASIL, 2019).

Como vimos, diversas razões levam negros e pardos a estarem em posição inferior em nossa sociedade. Entre essas causas, acreditamos que a escola no Brasil tem contribuído ao longo dos tempos para que essa situação se perpetue. Nas aulas de História e nos compêndios didáticos, sistematicamente vemos o tema escravidão e negros no Brasil ser negligenciado. A História do negro é vista de forma equivocada.

É preciso dizer que, desde os anos 1980, a historiografia tem revisitado o tema da escravidão e buscado evidenciar o protagonismo da população escravizada. Nesse sentido, a produção dos historiadores brasileiros busca evidenciar negros cativos que buscavam as brechas para o enfrentamento, por meio de resistências ou acomodações.

Interessante é revisitar a produção historiográfica brasileira para que possamos entender como tratou a escravidão e os escravizados ao longo da sua História. Até a década de 1960, apontava-se a escravidão como um sistema brando, de caráter benevolente, como apregoou Gilberto Freyre (1930, p. 393), que dizia haver “[...] a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos”, ou seja, a escravidão se pautaria pela docilidade e não pela violência, não sendo necessário, nesse caso, o escravo contrapor-se ao sistema que lhe era ameno.

Nos anos 1970, em plena ebulição política, quando já caminhávamos a passos largos para a concretização da reabertura política, aproximando-se o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), a visão de Freyre começou a ser questionada, pois dizia-se que, quando muito, tal visão só poderia ser aplicada ao nordeste açucareiro e que a realidade do Brasil como um todo tinha diferenças gritantes com aquela realidade. A escravidão — tema que nos interessa no momento — passou a ser vista sob a perspectiva capitaneada por intelectuais como Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, evidenciando o negro sob o aspecto da coisificação, ou seja, o escravizado ainda não como protagonista de sua própria história. Para Proença (2007, p.16), os escravizados, em razão do sistema violento em que viviam, não tinham “[...] possibilidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados próprios [...]”, mas pensariam a partir da lógica e das visões da vida dos seus senhores. Segundo o mesmo autor (PROENÇA, 2007, p. 16), “[...] o melhor caminho para a liberdade era a obediência e a submissão.”

Nesse mesmo período, uma outra corrente historiográfica se debruça sobre o tema escravidão visualizando o escravizado como herói e resistente, tais como Clóvis Moura, Luis Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas.

Na década de 1980, em razão de mudanças agora talvez mais efetivas pelo fim da ditadura civil-militar, havia espaços para se pensar em temáticas até então ignoradas em razão de se viver num estado autoritário. A partir de então, temas antes esquecidos ou não lembrados pela historiografia tomam vulto, como foi o caso dos movimentos operários, dos movimentos sobre a mulher, a criança e a escravidão. Nesse diapasão, os negros escravizados e forros passaram a ser vistos como sujeitos efetivos de sua história. Autores como Robert Slenes, João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Sidney Chalhoub, Sílvia Hunold Lara e Leila Mezan Algranti revisitam o tema escravidão abarcando novas temáticas como a dinâmica da vida cotidiana da escravidão, sobre o que Machado (2004, p. 13) diz que “[...] colocou o escravo e sua agência histórica no rol dos problemas norteadores de uma reflexão que renovou a maneira como a história da escravidão e do Brasil têm sido escritas”.

Quando o escravizado se torna sujeito de sua história, deixa de ser apenas vítima e passa a conhecer outras possibilidades no sistema escravista, tais como a acomodação, a negociação, a submissão, o conflito, a resistência, que faziam parte do cotidiano entre escravizados e senhores. Segundo essa nova corrente, o sistema violento fazia parte da escravidão; a dominação também era uma realidade, pois era significativa para que as relações escravistas existissem, mas paralelamente tinha também que existir formas “paternalistas” para que a obediência se concretizasse. Dessa forma, havia espaços para negociações e questionamentos e conseqüentemente para também alterações no processo da escravidão. O escravizado, portanto, seriam, na interpretação de Campos (2003), em parte definidores de sua própria história e seu destino. Os padrões de tensão no mundo escravista eram uma realidade; os processos-crimes, segundo os quais senhores assassinavam escravizados e vice-versa, são uma prova contundente dessa realidade. Submissão e enfrentamento eram o retrato da escravidão e essas relações redundavam em situações violentas, como nos aponta Queiroz (1997).

Outros historiadores buscaram visualizar o sistema escravista brasileiro, como foi o caso de Manolo Florentino, José Roberto Góes, Hebe de Castro Mattos, Robert Slenes, que se debruçaram sobre essa vertente da negociação e conflito entre escravos e senhores, segundo Merlo (2008). Para Slenes (1999), os escravizados estabeleciam conflitos e buscavam minar a hegemonia senhorial, promovendo a subversão e a rebeldia.

Nesse período ainda, outra importante análise sobre a escravidão foi a evidência da vida em família pelos escravizados, comprovando inclusive que, em algumas localidades, a reprodução endógena da escravidão foi maior do que a exógena, ou seja, havia possibilidade de que os escravizados constituíssem estruturas sociais para além do que as que eram constituídas pelo poder senhorial.

Embora a nova historiografia brasileira aponte o escravizado como protagonista de sua história, sujeito ativo e que, pela brechas possíveis, conseguiu fazer valer direitos e até mesmo, em muitos casos, ascender socialmente e conquistar sua liberdade, há que se perguntar o motivo por que, no Brasil, continuamos a ter os afrodescendentes ocupando as piores escalas na pirâmide social.

Aqui vamos também trabalhar um outro conceito — o de representação, na perspectiva de Charles Chartier (1990). Se as pesquisas que tratam da escravidão têm se consolidado no intuito de evidenciar o escravizado como protagonista de sua história, qual a representação dos escravos e seus descendentes, mesmo nos dias atuais, nos livros didáticos.

## 1.1 PROBLEMA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Isso posto, passemos agora à formulação da problematização de nossa dissertação: **os livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental Anos Iniciais em Presidente Kennedy/ES apresentam o negro escravizado como algo coisificado ou como protagonista de sua própria história?**

A partir dessa formulação, podemos ainda trazer outras inquiuições, tais como:

- nas ilustrações contidas nos livros didáticos adotados pelas escolas municipais de Presidente Kennedy/ES, quais alusões são feitas aos escravizados ou seus descendentes?
- como é trabalhada a questão da escravidão em relação aos aspectos formativos do aluno?
- Quais os temas abordados em relação à escravidão e pós-abolição?
- Há diferença no volume de informação em relação a vida dos negros no Brasil durante a escravidão, a abolição e no momento atual?

Assim, estabelecemos para o desenvolvimento da pesquisa os seguintes objetivos:

## 1.2 OBJETIVO GERAL

- Pesquisar se os livros didáticos de História do Ensino Fundamental Anos Iniciais adotados em Presidente Kennedy/ES têm seguido o que aponta a nova historiografia quanto ao protagonismo do escravizado e de seus descendentes.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar se os livros didáticos de História adotados no Ensino Fundamental Anos Iniciais de Presidente Kennedy/Es, ao abordar a temática escravidão e vida dos descendentes dos escravizados pós abolição e nos dias atuais, tratam desses assuntos alusivos ao município;
- relatar como os professores de História veem a abordagem do tema escravidão e pós escravidão, apresentada pelos livros didáticos adotados;
- aferir se os conteúdos expostos contribuem para o rompimento de preconceito, racismo e estigma em relação aos afrodescendentes;
- verificar se os conteúdos apresentados nos livros didáticos adotados estão em consonância com o que preconizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei nº 10.639, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira;
- elaborar uma cartilha indicando novas possibilidades para o professor de História do Ensino Fundamental Anos Iniciais trabalhar a temática escravidão, apresentando o escravizado dentro dessa nova visão da historiografia.

Elencamos as motivações que nos levaram a escolher esse tema: primeiramente entendemos que toda pesquisa deve partir de sua importância social, pois pesquisar é um ato político, como aponta Triviños (1992). Nesse sentido, esperamos que esta pesquisa promova reflexões sobre o re (pensar) os temas escravidão e vida dos afrodescendentes pós-abolição e como têm sido trabalhado em salas de aula a partir dos livros didáticos adotados no Ensino Fundamental Anos Iniciais em Presidente Kennedy/ES. Esperamos que a pesquisa aponte caminhos para novas possibilidades abordar esse tema, de forma que seja possível compreender a

discriminação, o preconceito e o racismo tão presentes na escola e na sociedade brasileira e kennedense.

Não poderia deixar de registrar minha descendência quilombola e residente numa comunidade quilombola, inclusive trabalhando como educadora e conhecendo de perto o problema. A defasagem do ensino de História não tem contribuído para um repensar sobre o passado dos escravos e as consequências que esse passado provoca na vida dos afrodescendentes.

Como descendente e moradora, atuei em comunidades quilombolas, tendo fácil acesso aos professores que são universo da pesquisa. Em um primeiro contato com esses professores, foi possível conseguir a disponibilização dos livros de História adotados nos últimos anos em Presidente Kennedy/ES, cujos conteúdos irei analisar sobre o tema referido.

Esperamos, a partir da pesquisa, contribuir para que os professores reflitam sobre a realidade e, a partir dos resultados, buscar novos caminhos e outras possibilidades para mudarmos o panorama do ensino de História e, dessa forma, quem sabe, possibilitar que se enxergue a população afrodescendente em pé de igualdade com outras etnias que constituíram o Brasil.

Nossa pesquisa será de natureza qualitativa. Pretendemos trabalhar com livros que tenham sido aprovados pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) e que foram adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy entre 2019 e 2021. De pronto, gostaríamos de agradecer à colega Telma Maria Paula Rainha Gomes, professora de História em Presidente Kennedy/ES que, ao realizar a pesquisa de sua dissertação de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação, do Centro Universitário Vale do Cricaré em São Mateus/ES, intitulada *A presença dos jesuítas no Espírito Santo e sua abordagem nos livros didáticos de ensino fundamental I séries iniciais*, nos cedeu os dados para este trabalho. Nos livros didáticos que foram trabalhados, em número de quatro, todos aprovados pelo PNLD e adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy/ES entre 2019 e 2021, buscamos verificar os conteúdos trabalhados sobre o tema escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescendentes no Brasil atual, fazendo uma análise dos conteúdos neles contidos.

Utilizamos também como instrumento de pesquisa entrevistas realizadas com professores do Ensino Fundamental Anos Iniciais que atuam na rede pública municipal de Presidente Kennedy/ES.

Na Introdução, apresentamos o objeto da pesquisa, definindo a temporalidade e a espacialidade, para em seguida apontar o problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e as fontes.

Na seção 2, intitulada *Escravidão, movimentos abolicionistas e os afrodescendentes na contemporaneidade: reflexões teóricas*, pretendemos evidenciar o tráfico de escravizados para o Brasil; o cotidiano na vida dos escravizados; a resistência e as acomodações; os quilombos, suas constituições e funcionamento; o viver dos libertos no Brasil; a luta pela igualdade de direitos e os negros na sociedade brasileira hoje; a LDB, o livro didático e a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica.

Na 3ª seção — *Metodologia* —, apresentamos a natureza da pesquisa. Nossas fontes foram os livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e que foram adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy/ES entre 2019 e 2021; o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola; as Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, verificando se o Programa de Ensino Municipal de História do Ensino Fundamental Anos Iniciais tem contemplado o que preceituam a LDB e a Lei nº 10.639/2003, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira.

Por fim, entrevistamos três professores de História no Ensino Fundamental Anos Iniciais em Presidente Kennedy/ES, a fim de verificar como eles têm trabalhado os conteúdos referentes a escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje. Realizamos entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e transcritas.

Na seção 4, expomos os resultados e as discussões da pesquisa e as análises descritivas dos resultados obtidos por intermédio de questionários aplicados aos participantes da pesquisa.

Na 5ª seção, apresentamos uma cartilha, com sugestões para os professores de História trabalharem o tema escravidão e vida dos negros no Brasil em consonância ao que preveem a LDB, a Lei nº 10.639/2003 e o estabelecido no Programa de Ensino Municipal de História do Ensino Fundamental I de Presidente Kennedy/ES.

## **2 ESCRAVIDÃO, MOVIMENTOS ABOLICIONISTAS E OS AFRODESCENDENTES NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES TEÓRICAS**

### **2.1 O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS PARA O BRASIL**

O tráfico de escravizados no Brasil se iniciou já no primeiro quartel do século XVI, quando o processo de colonização se consolidou. Inicialmente os indígenas foram utilizados como escravizados, mas o fato de grande parte desse grupo social ter desaparecido, quer nos confrontos com os colonos portugueses, quer por terem sucumbido pelos vírus trazidos pelos colonizadores, também porque estes se embrenhavam para locais mais longínquos, de forma que o apresamento de indígenas a cada dia se tornava mais custoso.

Dessa forma, trazer escravizados para o Brasil oriundos da África acabou se tornando mais atrativo economicamente, pois um significativo número de comerciantes iria lucrar muito com esse comércio. Não podemos deixar de pensar que a atividade açucareira também contribuiu para que, cada vez mais, se expandisse a necessidade de se trazer escravizados para trabalhar nessa atividade econômica. Segundo Ferlini (2003), o açúcar foi a principal atividade econômica nos primeiros tempos da colonização do Brasil. Cabe aqui destacar que, embora o açúcar fosse a principal atividade econômica, outras atividades eram desenvolvidas e, segundo o mesmo autor, “[...] o tabaco para o escambo com os negros, pecuária para o provimento de tração e alimento, olarias produtoras de telhas, lenhas para fornalhas para as construções”.(FERLINI, 2003, p. 136).

Embora os índios fornecessem um fluxo constante de trabalho escravo para os primeiros colonos, principalmente nas aldeias jesuítas, em meados do século XVI os portugueses importavam escravos africanos em números substanciais para trabalhar em novas colônias de açúcar permanentes. Anos antes do início do comércio de escravos na América do Norte, mais escravos haviam sido trazidos para o Brasil do que jamais chegariam à América do Norte. O tráfico de escravizados continuaria por quase 350 anos.

Segundo Leite (2017, p. 3), o expansionismo capitalista comercial implementado na Europa

[...] levou portugueses, espanhóis, e outros povos, a empreenderem um ambicioso projeto de exploração de novas terras e povos fora da Europa. Depois de alcançarem o litoral atlântico da África, ainda no século XV, os portugueses conheceram o comércio de seres humanos praticado internamente nesse continente.

Segundo a mesma autora (2017, p. 3):

Começaram ali mesmo na África uma prática de escambo, entre europeus e africanos, na qual os primeiros ofereciam aos segundos produtos do interesse destes: tecidos, vinhos, cavalos, ferro, e outros. Recebiam em troca mercadoria humana – homens, mulheres e crianças-, que em suas mãos tornavam-se objeto de dupla exploração: mercadorização, através tráfico para a América e a expropriação de sua força de trabalho, dentro do sistema de escravização nas colônias portuguesas, especialmente no Brasil. Dessa forma, o tráfico de africanos transformou-se numa das atividades mais lucrativas para o Estado português e das elites agrária e escravocrata no Brasil.

Esses escravizados eram de diferentes regiões da África, segundo Rodrigues (2005), capturados e vendidos na África. Inicialmente, nos séculos XVI e XVII, vieram os da região chamada de costa da Mina; no século XVIII, os de Angola e, no século XIX, chegaram em grande número os africanos oriundos de Moçambique. (LEWKOWICZ; GUTIERREZ; FLORENTINO, 2008). Em sua maioria, eram do sexo masculino, conforme Florentino (2014) pontua, ao dizer que o tráfico de escravizados se caracteriza por profundos desequilíbrios etário-sexuais, onde a maioria era do sexo masculino, com idade entre 15 anos e 40 anos.

Não se sabe ao certo quantos escravizados teriam aportado nas Américas do século XVI até o fim do tráfico via Atlântico em 1850, embora alguns autores contabilizem em torno de 10 milhões, dos quais cerca de quatro milhões teriam vindo diretamente para o Brasil onde foram desembarcados.

Entre a captura na África e o embarque com destino ao Brasil, os africanos ficavam, muitas vezes, meses à espera que a embarcação chegasse até que fossem removidos para o continente americano. A travessia em embarcações da África para o Brasil era penosa, pois o trajeto durava em média de 30 a 50 dias a depender das condições climáticas. Tempestades ou calmarias poderia fazer esse trajeto ser ainda mais penoso. As embarcações zarpavam abarrotadas de 300 a 500 embarcados por vez. Sobre a viagem, eram os escravizados:

Amarrados por correntes e separados por sexo, homens e mulheres deveriam esperar chicotadas e castigos em respostas às reclamações pelo desconforto, pela falta de água ou pelo aparecimento de doenças [...] As péssimas condições de higiênicas, a alimentação deficiente e o ambiente

inóspito a bordo provocavam muitos tipos de doenças, sendo a mais comum a disenteria (LEWKOWICZ; GUTIERREZ; FLORENTINO, 2008, p. 22).

O abarrotamento da embarcação, a falta de espaço, a escassez de água e a má alimentação, o enjoo da viagem, a tristeza que lhes abatia frente à nova situação vivida, as doenças surgidas, tudo isso possibilitava que significativo número de embarcados morressem no trajeto. Outros ainda morriam depois de chegados como consequência das péssimas condições da viagem.

Convém ressaltar que o processo de escravização de negros africanos e de transporte via Atlântico foi alvo de rebeliões numa tentativa desesperada de livrarem-se da condição a que seriam submetidos num futuro próximo. Mais uma vez recorremos a Rodrigues (2005), que explica a existência de resistências à escravização ainda na África, quando os negros capturados estavam aboletados e trancafiados em armazéns à espera do navio cargueiro que iria transportá-los para a América ou outras regiões da Europa, com a realização de rebeliões. Há notícias ainda de rebeliões em navios negreiros, onde irrompiam rebeliões resultando, muitas vezes, em assassinatos da tripulação. No entanto, não pensemos que tal tarefa fosse fácil, até mesmo porque havia forte vigilância sobre os negros amontoados nos porões dos navios, a fim de dificultar essas rebeliões.

## 2.2 A RESISTÊNCIA E AS ACOMODAÇÕES

As próprias ações dos escravos desmentem a noção da escravidão como uma instituição benigna. Os escravos usaram diversas táticas para resistir à servidão involuntária. Eles tentaram tomar o poder em levantes armados, quebraram equipamentos para sabotar a indústria de seus senhores e fugiram para o sertão. Os escravos fugitivos formaram comunidades chamadas quilombos, que tinham vários graus de autogoverno e autossuficiência. Enquanto o maior e mais famoso quilombo — Palmares — durou 100 anos, todos os outros foram desfeitos pela invasão das forças holandesas ou portuguesas em 25 anos.

O senhor Vines, cônsul britânico em Belém, relatou a existência de quilombos até o vale do Amazonas, onde alguns escravos conseguiram se libertar nas selvas do Maranhão, Pará e Amazonas. Registram-se assentamentos de negros em fuga: um em Santarém, a cerca de 2.100 milhas desse porto, onde se localizaram mais de 1.000 escravos fugitivos; entre as montanhas e pântanos, nas proximidades

das aldeias de Parinha e Monte Alegre e perto da Vila de Macapá, são acampamentos de onde facilmente fugiam para Caiena (CONRAD, 1994).

A 60 milhas da cidade do Pará (Belém) foi formado um assentamento no rio Moju, do qual uma escrava foi resgatada após semanas; ela escapou durante a insurreição de 1835 e reapareceu com uma grande família; dentro de um circuito de 2 léguas do Pará estiveram muitos escravos fugitivos. Os locais desses acampamentos parecem ser cuidadosamente escolhidos para evitar ataques surpresa.

Os fugitivos seriam trabalhadores no cultivo de arroz, mandioca e milho indiano e na fabricação de carvão vegetal. Eles fizeram canoas e barcos ou pequenos veleiros, usados para o comércio de interiores. Eles mantiveram um tráfico com a classe inferior de comerciantes nas cidades vizinhas, trocando a produção de seu trabalho por certos bens necessários, como pólvora e balas, pano e sabão etc. (CONRAD, 1994).

Alguns deles costumavam se aventurar na cidade do Pará à noite, onde ocasionalmente eram levados e reclamados por seus donos, que se empenhavam em vendê-los, mas geralmente encontravam muita dificuldade em fazê-lo, pois a liberdade de sua vida errante inadequada era para eles a escravidão. A situação desses acampamentos sendo naturalmente de difícil acesso e a convivência com os fugitivos por parte dos que negociavam com eles tornou abortivas as repetidas tentativas de capturá-los.

A resistência à escravização ocorreu de diversas formas, seja por fugas individuais e coletivas, seja por assassinato de seus senhores ou de capatazes, fatores que lhes impingiam castigos e suicídios. Os castigos corporais foi uma prática muito usual, variando em forma e em violência. Muitos acabavam inclusive indo a óbito pelos castigos recebidos. Existiam ainda castigos intimidatórios, que funcionavam pedagogicamente para evitar que outros cometessem infrações.

A historiografia, a partir dos anos 1980, tem sido pródiga em mostrar as diferentes formas de resistência dos escravizados à sua situação, buscando dar fim ao sofrimento. Os processos-crimes, sobretudo do século XIX, mostram bem as alternativas encontradas pelos escravizados para tentar dar fim ao sofrimento a que eram submetidos. Mais do que isso, os escravizados cometiam, muitas vezes, inúmeros delitos como forma de rebeldia ao poder constituído, como aponta Silva (2004, p. 42), ao dizer que expressivo número deles apresentavam “[...]”

comportamento extravagante, desleixado e não muito preocupado com a obediência das regras e ordens”.

Para Castro (1991, p. 170), a resistência, muitas vezes, tinha por objetivo forçar o senhor a não vender o escravo para quem não desejava ou ainda mesmo para que pudesse comprar sua alforria. As fugas eram estratégia

[...] direta para liberdade de fato, ou seja, não buscam sumir definitivamente da vista do senhor, mas simplesmente colocar-se em posição melhor para influenciar seus próprios destinos, colocados em xeque por ameaças de venda ou por morte do senhor (CASTRO, 1991, p. 170)

Conforme pontua Amantino (2012, p. 31), os escravizados “[...] utilizavam mecanismos variados para manter e controlar suas vidas, ainda que minimamente”. Essa tendência da rebelião escrava inclusive tendeu a crescer a partir da segunda metade do século XIX, conforme explica Azevedo (1987). Segundo essa autora, a partir da Lei do Ventre Livre em 1871, o controle disciplinar sobre os escravizados teria se tornado impossível, quando o medo dos escravizados e de suas rebeliões inclinou-se a crescer.

A acomodação também foi muito usual nas relações entre escravizados e senhores, e muitos escravizados buscavam nas brechas possíveis melhorar suas condições de vida. Para os senhores, “ceder”, não imputando castigos físicos aos escravos, permitindo a constituição de famílias, não separando pais de filhos, esposos de esposas, era uma forma de transformar esses escravizados mais dóceis e, portanto, pouco afeitos às insurreições. Nesse sentido, Florentino e Góes (1995) afirmam que permitir a constituição de famílias escravizadas tinha também por objetivo manter controlada a escravaria, uma vez que a constituição de família impedia ou dificultava a fuga e a rebeldia. A historiografia mais atual inclusive tem demonstrado que, no Brasil, a constituição de famílias foi decisiva para um crescimento endógeno significativo da população escravizada, conforme pontua Martinez (2007, p. 41), referindo-se à população de Minas Gerais no século XIX, chegando a dizer que “[...] o significativo número de cativos encontrados na província mineira justifica-se em função da reprodução natural e não pela importação [...]”. Resultado semelhante foi encontrado por Merlo (2008), ao estudar a constituição de famílias na capital da província do Espírito no século XIX.

O sistema, por exemplo, de conceder terras para o escravizado produzir era vantajoso para as duas partes: para o senhor, por prender o escravizado à terra e

ainda receber parte do que era produzido; para o escravizado era uma forma de amealhar recursos que posteriormente poderiam servir até para a compra de sua alforria, conforme lembra Meyer (2010).

Violência e imposição de poder por parte dos senhores foi uma realidade na vida dos escravizados. A resistência de escravizados, agindo muitas vezes de forma tão violenta quanto a impingida pelos seus senhores também foi outra realidade nas relações da escravização no Brasil, mas havia brechas para negociações e acomodações. Dessa forma, concordamos com Chalhoub (1990, p. 42), segundo o qual a violência da escravidão “[...] não transformava os negros em seres ‘incapazes de ação automática’, nem em passivos receptores de valores senhoriais, e nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis”.

### 2.3 OS QUILOMBOS

Em 1988, após mais de duas décadas de regime militar, o Brasil reescreveu sua constituição para criar uma nação mais inclusiva, multicultural e democrática. Em particular, o Art. 68 da Lei de Disposições Constitucionais Transitórias da nova Constituição (BRASIL, 1988 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a partir de agora, artigo 68 ADCT) reconheceu os direitos à cultura e à propriedade coletiva para distintas comunidades afrodescendentes. Essas comunidades, compostas pelos descendentes de escravos libertados ou fugitivos, tradicionalmente ocuparam terras conhecidas como quilombos<sup>1</sup>.

As raízes históricas dos quilombos no Brasil fornecem um contexto crítico para compreender as muitas dificuldades que enfrentam hoje. Essas comunidades são melhor entendidas como tendo nascido de uma história de resistência à escravidão pela qual muitos escravos escaparam do cativeiro fugindo principalmente para áreas remotas e formando milhares de quilombos em todo o Brasil (CONRAD, 1994).

Embora os quilombos existam há centenas de anos, apenas nas últimas décadas eles intensificaram seus esforços para ganhar título para suas terras. Infelizmente encontraram inúmeros obstáculos, muitos dos quais decorrem das discordâncias sobre a definição de um quilombo, bem como de sua posição social e economicamente marginalizada dentro do Brasil.

---

<sup>1</sup> Essas comunidades também são chamadas em português de mocambos, terras de preto (terras negras ou comunidades negras).

Uma história da escravidão e da resistência de quilombos surgiu durante os primeiros anos no Brasil colonial. Tendo dizimado ou empurrando a população nativa do Brasil para o interior, os colonizadores portugueses procuraram substituir o trabalho indígena pela importação de escravos africanos. Como observa o historiador Robert Conrad,

[...] os índios realizaram a maior parte do trabalho duro para os pioneiros portugueses durante as primeiras décadas de colonização brasileira após 1500. [...] já em 1551, com a fundação de uma colônia de açúcar permanente na Bahia e o fortalecimento de outros assentamentos recém-estabelecidos, os escravos africanos começaram a chegar ao Brasil em número substancial (CONRAD, 1994, p.4).

Conrad (1994, p.5) afirma que "[...] em 1675, antes do tráfego para a América do Norte britânica ter começado plenamente, mais escravos já haviam chegado ao Brasil do que jamais chegariam à América do Norte do exterior". De fato, de todas as colônias europeias do Novo Mundo, o assentamento português do Brasil — particularmente por causa de suas plantações de açúcar no nordeste e suas minas de ouro e diamante em Minas Gerais — acabou se tornando o destino de mais escravos do que qualquer outra exploração colonial durante a história do comércio de escravos no Atlântico (MATTOSO, 1986).

Enquanto a importação maciça de escravos fornecia aos proprietários brasileiros uma oferta constante de mão de obra, também promoveu uma longa história de resistência ao cativo. Não só o Brasil foi um dos primeiros beneficiários do trabalho forçado africano; foi também a última nação das Américas a abolir a instituição. Os fiadores insistentemente resistiram à intensidade das práticas de escravidão através de vários meios, como indolência intencional, revolta armada, envenenamento, suicídio, infanticídio, e greves de fome. No entanto, talvez a forma mais comum de resistência tenha sido o voo para quilombos (COSTA, 2000).

Ao longo da história, os quilombos têm lutado contra as percepções da elite de que formam uma séria ameaça a uma ordem social e política estável. Nos séculos XVIII e XIX, por exemplo, grandes proprietários de terras exigiram leis que proibissem quilombos, que, em certo momento, definiram como dois ou mais negros vivendo na natureza (BROOKE, 1993). Além disso, um relatório público de 1854 aplaudiu uma campanha para destruir os quilombos no estado do Maranhão, declarando que essas comunidades negras fomentaram um "estado de terror" e foram "desastrosas para a ordem pública".

A declaração também revelou um motivo menos cívico para desejar libertar o Maranhão do jugo dos quilombos. A presença das comunidades alertou, pois tornou inacessível um território fértil e adequado para vários tipos de agricultura (CONRAD, 1994). Embora as leis progressistas hoje estabeleçam o direito dos quilombos de permanecer em suas terras, as disposições destituídas das elites em relação aos quilombos continuam a produzir consequências semelhantes. As comunidades sofrem regularmente com o deslocamento forçado e a intrusão de projetos de desenvolvimento em suas terras.

Para os quilombos, a resistência significou não apenas a proteção da integridade física de suas comunidades, mas também a proteção de sua identidade cultural como descendentes de ex-escravizados, de seus conhecimentos e formas únicas de subsistência, como também de suas formas coletivas de organização política e social. As comunidades quilombolas sobreviveram centenas de anos, resistindo a conflitos de terra e incursões de caçadores de recompensas para preservar sua identidade como afro-brasileiros. Enquanto pobreza, violência e formas maliciosas de exclusão social têm muitas vezes complicado sua capacidade de manter seu modo de vida, as comunidades quilombolas continuam a resistir (CONRAD, 1994).

Os quilombos se espalharam de norte a sul do Brasil, variando de tamanho. Em geral, ficavam em áreas mais longínquas e de difícil acesso, embora a historiografia mais atualizada tenha mostrado que, muitas vezes, esses quilombos não estavam tão distantes assim de áreas mais povoadas, como foi o caso no Rio de Janeiro. Segundo Gomes (1995), esses quilombos estabeleciam relações contínuas, muitas vezes profundas, entre quilombolas e cativos: relações econômicas, culturais e mesmo familiares, relações comerciais com livres e libertos. Viver no quilombo era uma questão de sobreviver e, se possível, viver melhor, viver bem, comer, beber, dançar e se multiplicar em gente e feitos. Conforme ainda o mesmo autor, as fugas para os quilombos ocorriam em geral devido à forma intransigente como os senhores tratavam seus escravos. No Espírito Santo mesmo, tivemos formação de quilombos de norte a sul, como foi o caso em Presidente Kennedy, local onde a autora desse trabalho vive.

O tamanho do quilombo variou muito em algumas épocas, inclusive de lugar, pois, na maioria, eram de pequenas proporções, existindo ainda aqueles de grande tamanho, como foi o caso do quilombo dos Palmares, localizado em terras que hoje

pertencem ao estado de Alagoas. Os quilombos causavam grande preocupação às autoridades governamentais, que envidavam esforços para que fossem extintos.

#### 2.4 O VIVER DOS LIBERTOS NO BRASIL

Na historiografia da escravidão, pouca atenção foi dada aos escravos libertos e seus descendentes antes da emancipação final. Grande parte dos trabalhos historiográficos que comparam os principais regimes escravistas no Novo Mundo subestimou sua importância, em grande parte porque eles eram apenas uma pequena parte das sociedades escravistas. Na verdade, eles eram um grupo crucial dentro da maioria dos regimes escravistas, e sua integração à sociedade livre antes do fim do período escravista pressagiava a eventual integração de todos em suas respectivas sociedades. Não há dúvida de que a América portuguesa produziu a maior classe de cor livre sob a escravidão nas Américas.

Muito antes da abolição da escravidão ou mesmo da abolição do comércio de escravos, os negros livres superavam em número os escravizados no Brasil. Na época do primeiro censo de 1872, eles somavam 4,2 milhões de pessoas, em comparação aos 3,5 milhões de brancos e 1,5 milhão de escravizados. Pessoas de cor livres podiam ser encontradas em todas as províncias do império e em todos os municípios, da região mais urbana à mais rural. Em muitas províncias do Nordeste, eles formavam a maioria da população, e mesmo em áreas de novas fronteiras, como São Paulo, residiam em todos os lugares (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1872).

Embora os afrodescendentes constituam uma minoria da população, mais africanos foram trazidos para o Brasil como escravizados. A escravidão durou mais tempo e hoje mais negros e pardos residem no Brasil do que em qualquer outra nação do hemisfério ocidental<sup>2</sup>. Apesar da herança da escravidão, o Brasil tem sido tradicionalmente visto pelos norte-americanos e brasileiros brancos como uma democracia social ou racial.

Segundo o mito do paraíso racial, a escravidão era relativamente branda no Brasil, as relações entre senhores e escravizados eram amenizadas pela extensa miscigenação, a escravidão foi encerrada sem derramamento de sangue e, desde a

---

<sup>2</sup> De acordo com o censo de 1980, 44% dos brasileiros são negros ou pardos. Apenas 6 % desse grupo são registrados como negros.

abolição em 1888, a cor da pele pouco ou nada teve na estratificação social desde então (TOPLIN, 1972).

Se há relativamente poucos brasileiros de pele escura nos níveis mais elevados da sociedade, isso simplesmente reflete as desvantagens enraizadas na escravidão. Acima de tudo, não se encontra tradição de violência racial ou de Jim Crow<sup>3</sup>. Embora a imagem do Brasil como uma social-democracia ainda seja comum na América do Norte e ainda mais no Brasil, ela tem sido seriamente contestada desde com o fim da Segunda Guerra Mundial (REINHOLZ, 2020).

Os negros evidentemente foram libertos no Brasil, todavia o objetivo no momento do governo, em tese, era beneficiamento aos senhores escravizadores. Em contrapartida, para as pessoas escravizadas, foi uma ocasião expressiva, pois se almejava a liberdade, a liberdade de poder ir e vir, a liberdade de trabalho. Somente por isso, a realidade passou a ser muito cruel, sendo uma utopia, pela qual até hoje lutamos.

A ausência de reparação histórica torna a realidade mais difícil, criando estigmas dos grupos hegemônicos que reproduzem ações impeditivas, impossibilitando que mesmo uma pessoa qualificada assuma certos cargos estipulados. Isso que deixa claro que os negros ainda permanecem imperceptíveis, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista social, já que não ocupam cargos com salários maiores e são tratados, independentemente do poder aquisitivo ou da escolaridade, como indivíduos de segunda esfera. Portanto, o “viver de libertos” no Brasil ainda é limitado e discriminado pela sociedade brasileira em todos os âmbitos.

## 2.5 A LUTA PELA IGUALDADE DE DIREITOS, OS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA HOJE

A sociedade brasileira é provavelmente a mais cultural e racialmente diversa de todas as sociedades contemporâneas. Essa diversidade foi alcançada apesar das diferentes circunstâncias sociais dos vários grupos étnicos que se fundiram para criar

---

<sup>3</sup> O nome "Jim Crow" era dado frequentemente aos escravos negros norte-americanos e foi imortalizado por uma canção muito em voga no século XIX, pelo artista Thomas Rice, que retratava os negros de uma forma discriminatória, como idiotas inocentes, preguiçosos e infantis.

o que é o Brasil de hoje, como povos indígenas, colonizadores europeus, trabalhadores imigrantes e africanos trazidos para o Brasil como escravos<sup>4</sup>.

Essa mixagem nem sempre foi harmoniosa, nem equitativa ou completa. Ainda hoje, persistem diferenças que representam menos do que um nível aceitável de igualdade e essa discriminação, muitas vezes, se reflete em abusos flagrantes dos direitos humanos, particularmente no que diz respeito à igualdade, à não discriminação e ao direito à dignidade.

Essas desigualdades raciais<sup>5</sup> são refletidas na distribuição desigual de riqueza e oportunidades. Com relação à renda, metade de todos os negros recebe uma renda mensal inferior a dois salários-mínimos, enquanto o percentual de brancos nessa faixa de renda era de 40% em 1995. Nas faixas de renda superiores, no entanto, enquanto 16% dos brancos recebem mais de 10 salários-mínimos, a proporção de negros, de 6%, é bem menor. Os brancos ganham em média mais de 2,5 vezes o que ganham os trabalhadores negros e quatro vezes mais que as trabalhadoras negras (NAÇÕES UNIDAS, 1995, p.12).

No que se refere à educação, em 1992, o analfabetismo entre os negros era de 30% e de 36,4% no Nordeste (NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 14). O problema do analfabetismo pode ser atribuído à falta de acesso à educação formal pela população negra e ao frequente absenteísmo escolar de negros em idade escolar. Muitas vezes, essas pessoas são obrigadas a abandonar a escola para ajudar no sustento de suas famílias. Com relação ao nível de escolaridade, 4% dos negros são admitidos na universidade, enquanto o percentual é de 13% para os brancos. Essa diferença no acesso ao ensino superior se reflete nas matrículas na Universidade de São Paulo, onde, em 1994, apenas 2% do corpo discente de 50.000 alunos eram negros. A situação é semelhante em outras universidades do país, mesmo em cidades no estado da Bahia, onde a população é predominantemente afrodescendente. A discriminação também é encontrada na política, em que apenas 11 de um total de 513 parlamentares eram negros em 1995 (NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 13).

---

<sup>4</sup> Em 4 de setembro de 1850, o tráfico via Atlântico foi abolido pela Lei de Eusebio de Quiroz, embora escravos continuassem a ser trazidos para o país clandestinamente. Só em 1871, a escravatura começou a ser gradualmente abolida com a "liberdade de ventres". Eventualmente, a instituição da escravidão foi totalmente abolida com a promulgação da Lei Áurea de 1888, quando ainda havia aproximadamente 700.000 escravos no país. As Constituições dos Estados Unidos do Brasil, Instituto de Estudos Políticos, Madrid, p. 32 (1958).

<sup>5</sup> A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) usa o termo "racial" não no sentido de aderente às teorias que afirmam que existem diferentes raças dentro da espécie humana, mas de acordo com a nomenclatura do artigo 1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Muitas são as razões que impedem o ingresso de negros e negras em espaços de poder público, como Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outros. Um ponto a ser destacado é a forma como os partidos políticos anunciam as candidaturas e sua dimensão, por exemplo, lançar candidatos negros com possibilidades de votos exclusivamente em determinada região que ele geralmente habita, sendo insuficientes esses votos para elegê-los, todavia aumentam o coeficiente eleitoral do partido, propiciando eleger outros candidatos mais tradicionais (GOMES, 2017).

Para a população em geral, de acordo com as Nações Unidas, as mulheres negras sofrem mais com a discriminação e têm o fardo mais pesado a suportar, 37% das mulheres negras são a principal fonte de renda de suas famílias, enquanto a porcentagem é de apenas 12% entre as mulheres brancas. A renda mensal média das mulheres negras é apenas um terço da das mulheres brancas chefes de família. Comparada à sua contraparte branca com educação e experiência semelhantes, a mulher negra pode esperar perder mais filhos por causa de doenças, morrer mais jovem e ganhar menos (GRUPO DE MULHERES CAIPORAS, 1993, p. 11).

No ano de 2018, a lembrança da abolição da escravatura foi recordada pela movimentação negra no cenário dos trinta anos da Constituição Federal que, como a lei abolicionista, significou um marco de reestruturação para a sociedade brasileira. O retorno da democracia para os negros foi a ocasião de legislar pelas condições de cidadãos recusados desde a abolição, há 130 anos (BRITO, 2018). Como deputada federal, Benedita da Silva (PT-RJ) foi uma das parlamentares que atuou no processo da Constituinte que pôs em pauta essa questão. A Agência Brasil teve ciência do quão difícil foi o processo, todavia impulsionou uma das conquistas mais importantes. De acordo com Benedita, um dos maiores empecilhos enfrentados foi desmitificar a concepção de que não existe discriminação racial no Brasil.

A luta pela igualdade de direitos, no que se refere aos negros na sociedade brasileira, é constante, pois fala-se de racismo na relação de escolaridade, de trabalho, fazendo-se recortes indispensáveis que se observa desde o processo de escravatura no Brasil (BRITO, 2018). Na reportagem, a deputada estimou que, após 30 anos da Constituição, os negros precisam recobrar com primazia a luta pelo regime democrático, principalmente dos assuntos raciais.

## 2.6 A LEI DE DIRETRIZES E BASES, O LIVRO DIDÁTICO E A LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

No art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, é considerado que os currículos do ensino fundamental e médio tenham uma base nacional comum, que precisa ser contemplada em cada escola, sendo delegada uma parte diferenciada às singularidades regionais e singulares de cada localidade no que concerne à economia e à cultura dos estudantes (BRASIL, 1996). Isso significa que cada um dos municípios e estados possuem autonomia para construir parte do seu currículo, todavia o governo federal concentra em base comum suas definições quanto aos conteúdos a serem trabalhados nas instituições escolares. Um exemplo disso é o desenvolvimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, que estabelece as diretrizes de como orientar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC], 1997).

É notório perceber o quantitativo de tarefas mínimas a serem trabalhadas no decorrer do ano letivo, as quais devem compor o Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino. Em consonância ao que é estabelecido pela Constituição Federal, é dever do Estado criar parâmetros curriculares cujo propósito seja a orientação de ações educativas, levando em consideração os objetivos sugeridos na Educação Básica (BRASIL, 1988). Ao levar em consideração o objeto de estudo investigado, verifica-se que os PCN apontam a seguinte posição quanto ao livro didático:

O livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos. Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento (MEC, 1997, p. 13).

Assim sendo, é imperioso considerar a pluralidade de materiais didáticos a serem utilizados pelos professores, pois os livros didáticos possuem um papel peculiar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, embora não seja o único recurso a ser utilizado. Tendo em vista que, os alunos precisam ser instigados a buscar outras fontes de informação.

A observação a respeito dos conteúdos é pertinente para a promoção de ações

emancipatórias, visto que, para examinar qualquer recurso em sala de aula, é necessária iniciativa advinda do professor, haja vista que ele contribuirá para o desempenho do estudante. O livro didático é um recurso cultural que agrega ao estudante uma determinada conexão político-histórico, além de ser considerado um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem, cuja eficiência se realiza mediante a condução que dá suporte ao planejamento do professor, tendo como norte os Programas de Livros Didáticos.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) consiste em uma soma de práticas direcionadas para a distribuição de obras didáticas, literárias e pedagógicas, entre os demais materiais de suporte às atividades pedagógicas, designados a professores e alunos de instituições públicas da educação básica do país. As instituições filantrópicas ou confessionais e comunitárias sem fins lucrativos e ligadas ao poder público também são contempladas pelo PNLD, mas de um programa extensivo, implementando-se em uma das mais relevantes ferramentas de suporte no processo de ensino e aprendizagem das instituições beneficiadas. Para a participação no PNLD, os gestores das redes de ensino municipal, estadual e distrital e das instituições federais, precisam enviar um termo (Termo de Adesão) informando o interesse quanto ao recebimento dos materiais do programa e assumir a responsabilidade de executar as práticas de acordo com a legislação vigente.

O PNLD indica obtenção e entrega de livros didáticos aos discentes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio. Foram distribuídos milhões de livros entre o final do ano de 2019 e início do ano de 2020 para atender professores e alunos da educação básica de todo país, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Distribuição dos livros didáticos – 2019/2020

<b>ETAPA DE ENSINO</b>	<b>ESCOLAS BENEFICIADAS</b>	<b>ALUNOS BENEFICIADOS</b>	<b>TOTAL DE EXEMPLARES</b>	<b>VALOR DE AQUISIÇÃO</b>
Educação Infantil	17.069	3.204.748	28.407	R\$ 749.606,65
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	88.674	12.337.614	71.816.715	R\$ 458.638.563,27
Anos Finais do Ensino Fundamental	48.213	10.197.262	80.528.321	R\$ 696.671.408,86
Ensino Médio	19.249	6.270.469	20.198.488	R\$ 234.141.456,77
<b>Total Geral</b>	<b>123.342</b>	<b>32.010.093</b>	<b>172.571.931</b>	<b>R\$ 1.390.201.035,55</b>

Fonte: Elaboração da autora (2021), com base nos dados estatísticos do FNDE (2019-2020).

O livro didático é um dos recursos importantes no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Hummel (1988), o livro é um instrumento perfeitamente adaptável ao próprio ritmo de cada indivíduo. Com o auxílio dos livros didáticos, o aluno recapitula, assimila e internaliza ainda mais o que foi aprendido em sala de aula. O livro também pode provocar perguntas e induzir o aluno a complementar as informações que contém. Além disso, o livro incentiva os alunos a pensar e estimula a reflexão crítica.

Segundo Santhiram (1997), a socialização dos alunos para os objetivos da educação em um país ocorre por meio de currículo. O currículo fornece o foco para as atividades de ensino e aprendizagem e assim ocupa um papel central na formação de atitudes e imagens fundamentais que proporcionam o núcleo básico dos valores. O livro assume um papel fundamental por ser uma forma dominante de material curricular. É o principal auxílio de ensino em sala de aula nas escolas.

Altbach e outros (1985) afirmam que o poder e a influência do livro está dentro das palavras impressas e que é o elemento-chave no processo educacional. Os livros didáticos são centrais para os níveis de escolaridade. O livro didático é a ferramenta de instrução, e seus potenciais, suas limitações e seus uso real são condicionados por características do sistema total. Com isso, os livros didáticos, sem dúvida, carregam valores intrínsecos e o espelho histórico no qual a nação deseja vê-lo refletido. A seleção e a legitimação de conteúdo no livro didático são vistas como vitais para as necessidades nacionais.

No entanto, mudanças estão acontecendo na tecnologia, pois os meios eletrônicos são um lugar comum e uma parte confortável na vida acadêmica e

levantam a questão de como o livro didático se encaixa no ambiente cultural e de aprendizagem dos alunos. Bierman e outros (2006) argumentaram que os livros didáticos não estão mortos, mas seus papéis e aparência estão mudando rapidamente. Eles previram que a função do livro seria como um guia, entrelaçando e coordenando uma variedade de diferentes exercícios de aprendizagem e organizando um centro de aprendizagem integrado onde a experiência dos alunos é a chave.

Bierman e outros (2006, p. 306) acrescentam que

[...] o objetivo é manter a estabilidade e a autoridade fundamentais que tornam o livro tão valioso e, ao mesmo tempo, fornecer a flexibilidade, a pontualidade e a abordagem focada em inquéritos que a *web* e outros recursos eletrônicos fornecem.

Isso fica evidente em um estudo de Oliveira e outros (2014), segundo os quais, mesmo com os últimos avanços nos recursos didáticos, como os *e-books*, os professores ainda precisam organizar a aprendizagem em sala de aula efetivamente para seus alunos. Os professores também são encorajados a serem reflexivos no melhor uso das fontes primárias (por exemplo, os arquivos da *internet* ou os pacotes de ganhos disponíveis comercialmente) a fim de envolver os alunos nas aulas de História (BARTON, 2005).

### **2.6.1 Livros didáticos de História**

As transformações emergem, em primeiro lugar, de uma mudança significativa em relação ao conteúdo do livro de História e sua análise. A partir de uma análise clássica de conteúdo ligado à historiografia, passamos para uma visão didática dos conteúdos, influenciada por novas aparências estruturais dos livros didáticos e pela mudança das práticas de ensino. Materiais iconográficos vêm para interromper a unidade do texto escrito e criar outro texto e conteúdo multimodal.

Os livros didáticos de História ainda são a tradução dominante do currículo nas escolas e continuam a ser o recurso mais utilizado para ensino e aprendizagem, apesar do desenvolvimento de novas mídias e tecnologias educacionais. Eles são frequentemente considerados como espelhamento dos conteúdos dominantes e das práticas dominantes (HENRI, 1971). São percebidos como instrumentos nacionais perpetuando culturas e ideologias.

Acredita-se que refletem as complicadas relações entre poder e conhecimento

(MICHAEL *et al.*, 1991). Livros didáticos de História, como construções sociais, artefatos culturais, fontes de memória coletiva, peças de narrativas mestras, autobiografias de estados-nação, constantemente atraem atenção crítica. Eles são muito mais fáceis de coletar e organizar em um *corpus* do que qualquer outro dado sobre educação eficaz de História.

Os livros didáticos de história são investigados pela didática da História, mas também por outras disciplinas, especialmente ciências políticas, história da educação, sociologia da educação ou linguística. As questões trabalhadas pelas ciências políticas não estão tão longe de algumas debatidas no campo da didática da história: estereótipos e ideologia nas mensagens escolares, histórias políticas simultâneas desenvolvidas por diferentes livros didáticos, ligações entre poder, requisitos sociais e ensino de História etc. (HANNA, 2009).

Abordagens linguísticas referem-se à legibilidade dos livros didáticos de História (análise da linguagem, conteúdo implícito e estrutura narrativa) e ao texto escrito (discurso enunciativo, argumentativo e/ou actancial). E, claro, a história da educação tem sido há décadas dedicada a livros didáticos, incluindo livros didáticos de História, criação de dados e apoio à pesquisa básica.

Essas diferentes tradições disciplinares resultam em considerável riqueza. Ela dá oportunidades para desenvolver a didática da História mesmo onde esse domínio não tem reconhecimento específico ou lugar na universidade, mas também pode resultar em algumas confusões epistemológicas, especialmente quando metodologias e conceitos viajam descuidadamente de uma ciência social para outra.

A complexidade do sistema em que qualquer livro de História está situado nos permite questionar o livro didático de muitos pontos de vista diferentes. Geralmente o livro didático é ambientado simultaneamente em projetos e práticas educacionais, em contextos epistemológicos acadêmicos e escolares, em restrições institucionais, em demandas políticas e ideológicas, em requisitos e representações sociais (recentemente desenvolvidos por agências de memória) e é naturalmente um produto econômico com um mercado enorme e muitas vezes cativo. Como apoio educacional, refere-se implicitamente ou explicitamente aos currículos, ao "*vulgate*" (o que qualquer pessoa tradicionalmente aprova ser ensinado e aprendido na escola), à cultura escolar, ao currículo oculto, aos alunos, aos professores, à sala de aula, às práticas (leitura, preenchimento de exercícios, análise de fontes etc.) (ANDRÉ, 1998).

Um livro de História refere-se à história da escola, mas também pode mostrar

as relações com outros assuntos (vincular a História com a Literatura, Artes ou civis, por exemplo, ou exigir habilidades matemáticas para ler alguns gráficos e estatísticas), e ocorre em um sistema de disciplinas, bem como em um sistema escolar, privilegiando conhecimentos e conteúdos textuais, ou habilidades intelectuais e práticas, ou objetivos e ações sociais (ALISTAIR, 2000).

Ao mesmo tempo, um livro didático de História conta com os quadros historiográficos e epistemológicos da história acadêmica, bem como nas tradições epistemológicas que organizam o conhecimento escolar e os livros escolares. Tem que se encaixar com os currículos e com os projetos políticos para a educação, e com as políticas de produção e aprovação de livros didáticos — em diferentes escalas. O caráter ideológico do sistema em que um livro de História está situado influencia seu conteúdo e seu *layout*, oferecendo mais ou menos espaço para o pensamento e debates autônomos.

Para serem aceitos pelos professores e pelos pais, como também para encontrar legitimidade social, os livros didáticos de História têm que lidar com as representações sociais da "história escolar" e dos "objetivos da história da aprendizagem", e mais especificamente eles têm que lidar com a questão do passado como solo para identidades coletivas (comunidades, minorias, nações, Europa ou outras organizações supranacionais). Nesse escopo, mudanças didáticas e pedagógicas podem entrar em conflito com tradições ideológicas e culturais. Essa complexidade se reflete na questão da mudança dos livros didáticos.

De acordo com Valeriya (2009), a principal dificuldade nesse domínio é manter um equilíbrio entre um livro "aluno-amigável" (educacional) e um livro "didático-verdadeiro" (epistemológico). Os livros didáticos devem combinar a História como um processo objetivo, a História como ciência acadêmica, a História como sujeito escolar e a História como produto didático. Ao mesmo tempo, eles devem mirar em um *design* fácil de usar; por exemplo, as imagens em livros didáticos devem ser usadas como fontes históricas em si, seja lá o que os historiadores fazem com as mesmas imagens.

Os autores também têm que substituir a cultura ou a memória em que estão enraizados (fundo social), a fim de criar consciência "orientada globalmente" para os alunos (objetivo ideológico), mas os livros didáticos também devem mostrar que são escritos por indivíduos, o que desafia o *status* do conhecimento da história escolar. Eles incluem não apenas as convencionais, como políticas educacionais, ideias educacionais, conhecimentos acadêmicos (epistemologia e historiografia),

especialização editorial, qualidade da produção e custos (aspectos econômicos), mas também, cada vez mais, expectativas de professores e pais, pressão da mídia e percepções públicas sobre que tipo de História deve ser ensinada nas escolas (requisitos sociais) (MIHAI, 2009).

No Brasil, os livros didáticos de história são abordados pela maioria dos pesquisadores como obras e não como bens de mercado. Como resultado, as questões do processo produtivo são negligenciadas pelos pesquisadores do livro escolar e pelo programa de avaliação do livro escolar. Subestimar esses componentes do sistema de livros didáticos pode levar a conclusões erradas (OLDIMAR, 2009). Pode ser o mesmo quando apenas os livros de História são estudados, a pesquisa negligenciando um contexto mais amplo: por exemplo, na Hungria, após 1989, a mudança afetou todos os livros didáticos, especialmente os livros de ciências, e não apenas os da História (AGNÈS, 2007). A mudança nos livros didáticos de História poderia, assim, ser comparada e contrastada com outras disciplinas, para apontar o que se refere ao sistema escolar e o que se refere à disciplina.

As diversas expectativas e representações do "bom livro didático" podem se chocar sobre os conteúdos, mas também sobre as atividades ou o modelo pedagógico subjacente. Também pode haver discrepâncias entre os requisitos institucionais e o ensino real, levando à oposição passiva ou ativa. Muitas vezes uma questão particularmente sensível é a retratação do eu nacional e/ou social e do Outro. Processos de globalização, contextos pós-totalitários e pós-coloniais intensificam a consciência das identidades coletivas, alimentando o capital mnemônico e, muitas vezes, moldando o passado em esquemas diferentes ou até controversos.

A educação da História — principal aparato desde o século XIX para a produção social de identidades nacionais — e, portanto, os livros didáticos de História são os topos favoritos dos discursos concorrentes resultantes de histórias controversas (NICOLE, 2009). As imagens do eu e do outro, tanto no passado como hoje, definem implicitamente quem está enraizado lá, quem é um "verdadeiro cidadão" do Estado e projeta a identidade coletiva legítima.

Muitas vezes, grupos sociais se veem mal retratados ou negligenciados e reivindicam contos mais convenientes ou respeitadas, seja para permitir que sua própria identidade (como nações nativas, por exemplo), seja para ser incluída no eu histórico. Às vezes, como na África do Sul, novos grupos dominantes exercem fortes pressões para o politicamente correto nacional e social, contra as precisões

historiográficas e/ou pedagógicas (JOHAN, 2009).

Isso induz os pesquisadores a investigar o retrato de si mesmo, das minorias, da alteridade. Uma metodologia atual para analisar o suposto viés é confrontar o texto do livro com um texto suposto correto ou equilibrado sobre o mesmo tema, mas a confiabilidade depende da objetividade desse texto posterior e a análise, muitas vezes, carece de um forte quadro teórico (CHRISTIAN, 2009).

## 2.7 LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003: OBRIGATORIEDADE DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

O estudo de História africana e cultura afro-brasileira no Brasil sempre foi remetido nas aulas de História à temática da escravidão negra africana. Fazendo uma breve reflexão a respeito da palavra “escravo”, podemos afirmar que sempre foi designada a sujeitos nas circunstâncias de trabalho específico. No entanto, a palavra “escravo” jamais existiria sem a significação do que realmente é o trabalho e das condições para o trabalho.

Quando o tema escravo africano é abordado em sala de aula, acontece sempre um equívoco, visto que as pessoas foram e são “escravizadas”, ninguém é “escravo”. A terminologia “escravo”, além de coisificar essa condição às pessoas, melhor dizendo, mostrar a ideia de que ser escravo é uma circunstância intrínseca aos seres humanos, também se apresenta de forma preconceituosa e pejorativa, que foi sendo estruturada no decorrer de toda a história da humanidade. Outrossim, diante dessa mesma ótica, o negro africano se mostra num contexto de escravo passivo e submisso.

Com a chegada da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), tornou-se obrigatório o estudo da História e cultura afro-brasileira e africana nas instituições escolares, particulares e públicas, abrangendo o ensino fundamental até o ensino médio. Assim sendo, foram propostas novas diretrizes curriculares para o estudo da História e cultura afro-brasileira e africana, com a importância de enfatizar nas salas de aula a cultura africana como formadora e constituinte da sociedade brasileira, em que os negros são classificados como elementos históricos, valorizando as ideias e os pensamentos de personagens negros brasileiros, as religiões de matrizes africanas e a cultura (culinária, música, dança).

Também com a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), foi constituído o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro), para homenagear a morte de Zumbi dos Palmares, líder quilombola negro. O Dia da Consciência Negra será sempre lembrado pelo enfrentamento ao preconceito racial no Brasil. Com a aprovação da dessa lei, a disciplina de História e cultura afro-brasileira e africana precisou ressignificar o reconhecimento cultural das matrizes africanas que compõem a heterogeneidade cultural brasileira. Com isso, os professores assumem um papel importante no processo de luta contra a intolerância racial e o preconceito no Brasil.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho buscou entender a nova historiografia que coloca o escravo e seus descendentes como protagonistas da sua história por meio de livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados no município de Presidente Kennedy/ES. Assim sendo, esta pesquisa se classifica como sendo documental de natureza qualitativa. A característica da pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 174), “[...] é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Buscamos, através da pesquisa documental de natureza qualitativa, uma coleta de dados fidedignos a fim de compreender os fenômenos que estudamos, no *lócus* onde aconteceu. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa faz uma abordagem explanatória do mundo, o que significa que o pesquisador precisa estudar os fatores em seu cenário natural, pretendendo entender as manifestações em termos dos conceitos que as pessoas a eles conferem. Vieira e Zouain (2005) asseguram que esse tipo de pesquisa (qualitativa) confere a importância essencial aos depoimentos dos participantes, aos significados transmitidos por eles e aos discursos.

Procuramos trabalhar com livros didáticos que tivessem sido aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e que foram adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy/ES entre 2019 e 2021. Basicamente se constituiu de quatro livros e documentos oficiais, verificando se o Programa de Ensino Municipal de História do Ensino Fundamental Anos Iniciais tem contemplado o que preceitua as LDB e a Lei nº 10.639/2003, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de História e cultura afro-brasileira.

Organizamos formulários com perguntas semiestruturadas para entrevistas aos três professores que atuam na área de História no Ensino Fundamental Anos Iniciais da Escola Quilombola do município de Presidente Kennedy/ES — Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) “Orci Batalha” —, a fim de verificar como os professores têm trabalhado os conteúdos referentes a escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje.

Entrevistamos um professor atuante no 3º ano, um professor do 4º ano e um professor do 5º ano da EMEF “Orci Batalha”. Essas entrevistas foram gravadas e

transcritas. Foi necessário, por envolver pessoas, submeter a pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Vale do Cricaré para a devida autorização, sendo aprovada com número de parecer 4.921.559. Pensamos que, ao trabalharmos com esse quantitativo de professores de séries distintas, conseguiríamos obter dados fidedignos e condições para uma escrita mais primorosa.

Escolheu-se a entrevista semiestruturada pela valorização dada não somente ao pesquisador, como também ao pesquisado, como afirma Triviños (1992). As entrevistas foram realizadas individualmente com o devido distanciamento social em decorrência da pandemia da Covid-19. Posteriormente organizamos um cronograma com datas e horários para atendimento presencial mediante as agendas dos participantes. As entrevistas tiveram duração de aproximadamente 60 minutos.

Com a devida autorização dos entrevistados, informamos a importância da gravação para coleta de dados para a nossa pesquisa, deixando claro que seus nomes não seriam divulgados. Isso posto, fizemos o possível para deixar os entrevistados bem à vontade para que nos fornecessem as informações necessárias para a nossa pesquisa.

Ressaltamos que, concomitantemente às gravações, utilizamos um caderno de anotações para registros de dados relevantes para análise para nossa transcrição. Juntamente às entrevistas, como dito anteriormente, fizemos uma busca documental, cujo objetivo foi acrescentar informações que dialogassem com a temática de pesquisa.

Por derradeiro, esclarecemos que os participantes da pesquisa assinaram pessoalmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foram anexados como apêndices deste trabalho.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Afrodescendentes são as pessoas que descendem de africanos que foram trazidos para o Brasil na condição de escravizado. Nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os afrodescendentes fazem parte da população negra do Brasil, que são as pessoas que se declaram de cor ou raça preta ou parda. Em 2015, dados do IBGE mostraram que aproximadamente 54% da população do país era composta de pretos ou pardos.

Após o fim da escravidão, em 1888, as condições sociais e econômicas dos escravos libertos e de seus descendentes continuaram precárias. Somente nas últimas décadas do século XX é que essas condições melhoraram para os afrodescendentes. No entanto, a discriminação e as desigualdades ainda atingem essa parcela da população das mais variadas formas, do acesso à moradia e à educação até a renda salarial.

Nossa pesquisa busca enfocar como os livros didáticos aprovados pelo PNLD e adotados na escola por nós pesquisada abordam a temática “escravização de negros no Brasil” e ainda como tratam da questão da vida dos descendentes de escravizados, verificando ainda como esses compêndios tratam os temas “discriminação” e “preconceito”. Além disso, buscamos entrevistar professores da escola pesquisada para verificar como esses temas são trabalhados em sala de aula.

Vejamos o que nos falam os livros didáticos adotados na escola. Inicialmente queremos destacar que encontramos os seguintes compêndios que serão analisados: *Buriti Mais Geografia*, de autoria do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, aprovados para uso nos anos 2019, 2020, 2021 e 2022, da Editora Moderna, conforme Figura 1 a seguir:

Figura 1 – Livro didático de Geografia do 4º ano



Fonte: Buriti mais Geografia (2017a).

Em relação à temática “escravidão”, o texto informa que durou no Brasil por mais de 300 anos. Uns dos temas que o texto destaca em relação à escravidão é que, no período em que essa existiu no Brasil, ocorreu a formação de quilombos em diversas localidades. Ainda explica que os quilombos constituíam núcleos de resistência à escravidão e à exploração do trabalho, impostas pelo sistema colonial, ou comunidades em que se agrupavam africanos escravizados que fugiam da escravidão. Os quilombos eram formado por africanos escravizados libertos, indígenas e brancos pobres. Ao longo da história dos quilombos, muitos foram destruídos.

O texto aborda ainda que atualmente existem diversas comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas no Brasil, mas há outras que ainda lutam pelo reconhecimento e pela manutenção de sua história e de seus direitos.

Figura 2 – Quilombo de Ivaporunduva, Município de Eldorado/SP



Fonte: Buriti mais Geografia (2017a)

O texto enfoca que a sociedade brasileira é constituída da miscigenação dos diferentes povos (negros, brancos, índios, imigrantes dos séculos XIX e XX). Entre parte da população que se declara de cor ou raça preta ou parda, as desigualdades sociais são mais intensas, mostrando assim uma sociedade definida ainda mais por disparidades raciais. A causa de tudo isso tem conexão com a característica da formação da sociedade brasileira.

Embora o texto aponte que os afrodescendentes ocupam uma escala inferior da sociedade brasileira e que a gênese dessa desigualdade está na escravização dos negros, não conseguimos visualizar uma discussão sobre a questão do preconceito, do racismo e da discriminação existente em nossa sociedade, como reflexo do sistema escravista implementado no período colonial e que perdurou até os anos finais do Império. O texto ainda deixa de tratar o motivo pelo qual, com o fim da escravização, os negros libertos e seus descendentes não conseguiram, por parte de uma política pública, se descolar de sua condição inferior na escala social brasileira.

O livro didático de Geografia do 5º ano do Ensino Fundamental, conforme Figura 3 a seguir, retrata o tempo colonial, ocorrido por volta dos séculos XVI ao XIX, em que as propriedades eram monitoradas pelos proprietários de terras importantes, que, da mesma forma, mantinham o poder econômico e político. No entanto, o trabalho braçal era composto quase sempre de africanos transportados como escravizado para o território brasileiro.

Diferentemente do que verificamos no livro do 4º ano do Ensino Fundamental, ao tratar da temática “extinção da escravidão”, que aconteceu no ano de 1888,

destaca que o fim da escravidão não veio acompanhada de uma política que permitisse que os escravizados que se tornaram livres e seus descendentes pudessem ter oportunidade de uma morada e posse de terras, educação, como demais serviços e bens indispensáveis progresso humano. Assim dizendo, não era garantido às mínimas condições para que essas pessoas conseguissem uma forma digna de sobrevivência, conforme o Livro didático de Geografia do 5º ano do Ensino Fundamental abaixo:

Figura 3 – Livro didático de Geografia do 5º ano



Fonte: Buriti mais Geografia (2017b).

É importante ressaltar que o texto enfoca a temática do viver desse grupo social após o fim da escravização, inclusive abordando a questão na atualidade em que está posto que os descendentes de africanos ainda passam por dificuldades advindas do preconceito racial. Aborda ainda as diferenças existentes entre brancos e negros,

mostrando que, no geral, a parte da população negra vive atualmente em situação de vida inferior à da população branca.

Em relação ao tema “educação”, o livro *Buriti mais História* do 4º ano do Ensino Fundamental aponta, de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizada em 2018 (Figura 4), os negros apresentam em média, um menor tempo de estudo em comparação aos brancos, resultando assim, um patamar de escolaridade abaixo quanto aos brancos:

Figura 4 – Livro didático de História do 4º ano



Fonte: *Buriti mais História* (2017).

Ainda de acordo com esse mesmo livro, no Brasil, a principal força de trabalho explorada durante o período colonial era composta de pessoas escravizadas originárias do continente africano. Elas foram empregadas como mão de obra nas atividades econômicas da história brasileira, como o da produção de cana-de-açúcar, no litoral do Nordeste nos séculos XVI e XVII; da atividade mineradora, na região das

Minas Gerais nos séculos XVII e XVIII, no século XIX; na produção de café no Sudeste (em especial, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo).

O texto aborda ainda que, nas lavouras de café, predominou o trabalho dos escravizados, entretanto não aborda o trabalho doméstico que era executado praticamente por escravizados e nem se refere ao trabalho executado pelos escravizados em todas as atividades inerentes às regiões mais urbanizadas.

Destacam-se, no texto, a luta dos escravizados em busca da libertação (com a formação de quilombos); a campanha abolicionista, que exigia o fim da escravidão; a pressão internacional pelo fim do tráfico de escravizados. Dessa forma, pontua que essas ações contribuíram para o fim do regime escravista, que ocorreu em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. No entanto, o livro não enfoca questões importantes de resistência dos escravizados, para além dos quilombos, inclusive a questão das acomodações e dos arranjos, como forma de resistência.

O texto do livro de História do 4º ano explica que, com o fim da escravidão, o trabalho assalariado se tornou uma realidade. Destaca que, finda a escravidão, os escravizados libertos foram substituídos pelos imigrantes, embora alguns libertos pudessem trabalhar conjuntamente com essa população. Destacamos que, embora o livro enfoque a preferência do trabalhador imigrante em detrimento dos escravizados e libertos, não se realça a existência das teorias racistas que vigoravam na época, que colocavam os imigrantes como laboriosos e o negro indolente, aprofundando ainda mais o preconceito sobre os negros no Brasil. Falando sobre essa questão, Naxara (1998, p. 15) esclarece que~, após o fim da escravidão no Brasil, os negros libertos foram alvo de abandono político e social, fadados ao esquecimento “[...] dentro de sua própria terra e história”. O fato é que os libertos e seus descendentes passaram a viver, muitas vezes, em piores condições do que viviam quando eram escravizados, podendo se dizer que, em verdade, viviam a servidão de forma disfarçada.

O que se denota, ao se examinar os livros didáticos de apoio do professores, é que eles abordam o tema da escravização e da condição dos libertos e seus descendentes, no período pós-abolição e nos dias atuais de forma superficial, não aprofundando a questão da violência e do preconceito que se estabeleceu no passado e no presente em relação à população africana e afrodescendente, omitindo-se em ir mais a fundo na questão do racismo e do estigma a que estiveram e continuam sendo submetidas as pessoas negras no Brasil. Dessa forma, tendemos a concordar com Nunes (2006, p. 3):

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil ver manifestações de racismo no dia a dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como no olhar policial que põe constantemente os negros sob suspeita. Pesquisa recente concluiu que há diferença de tratamento, por parte da justiça, de brancos e negros. Estes são tratados com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se a criminalidade e a possibilidade de “perturbar a ordem social” lhes fosse inerente.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Esse fato histórico, aparentemente longínquo, deixou, na verdade, profundas marcas na sociedade brasileira. Para entendê-las, é preciso não esquecer os navios negreiros e os objetos de tortura. É preciso lembrar que a abolição foi lenta. Mas é preciso também pensar o lugar que a ciência ocupou na consolidação do preconceito contra os negros. Para que se lute contra o racismo é preciso primeiramente reconhecer que ele existe. Sem essa “confissão” tira-se do foco o alvo que se quer atingir.

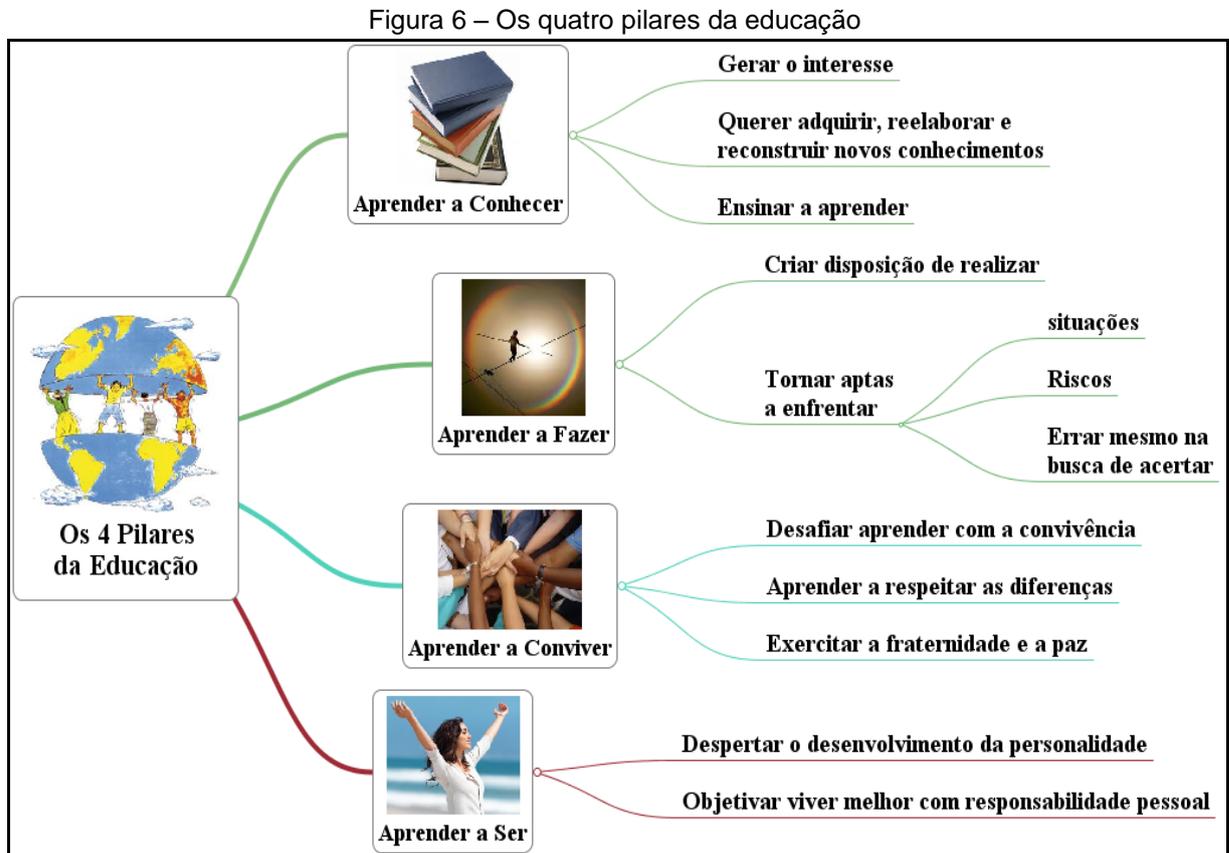
Dando sequência à pesquisa, realizamos uma análise do currículo do estado do Espírito Santo, uma vez que o município de Presidente Kennedy/ES se baseia nele para nortear os trabalhos a serem realizados com os alunos. O currículo foi elaborado em 2020 e está em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo organizado, pensado e definido por matriz de saberes a serem construídos no decorrer da Educação Básica, apresentada na Figura 5 a seguir:

Figura 5 – Matriz de saberes



Fonte: Espírito Santo (2020)

Essa matriz de saberes conceitua os quatro pilares da educação, a saber, aprender a fazer, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a ser inclusa, quem constam no Relatório Delors (2002), como apresentado na Figura 6.



Fonte: Delors (2002).

Diante do Relatório Delors, surgiu a necessidade de reexaminar a educação em todas as categorias e modalidades, com o propósito de moldar os projetos de formação das organizações de ensino às necessidades variáveis e complexas de um mundo gradualmente mais marcado por desordens, disparidade e incertezas. Essas concepções atingiram novas nuances e obtiveram uma ênfase maior levando em consideração as peculiaridades da provável passagem para a sociedade do saber, da aprendizagem e da comunicação (DELORS, 2002).

Os objetos de aprendizagem, assim como as habilidades a serem trabalhadas no 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, serão mostrados a seguir:

Quadro 1 – Conteúdo curricular do 4º ano do Ensino Fundamental

CAMPO TEMÁTICO	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES
Circulação de pessoas, produtos e culturas	A invenção do comércio e a circulação de produtos	Identificar as transformações ocorridas nos processos de deslocamento das pessoas e mercadorias, analisando as formas de adaptação ou marginalização e ressaltando que os deslocamentos migratórios fazem parte da humanidade e são estimulados, quando não forçados, por fatores políticos, econômicos, ambientais, conflitos bélicos, intolerância religiosa, disputas territoriais e étnicas.
As questões históricas relativas às migrações	Pré-História Americana	Identificar, na pré-história americana, pelo menos duas formas de organização social. Um período em que os indivíduos viviam em bandos e eram nômades ou seminômades, sobrevivendo exclusivamente de caça e coleta e outro agrícola, quando torna-se sedentário e começa a cultivar seu alimento e a domesticar animais, considerando que grande parte da população americana vivia nas florestas tropicais e tinha como principal fonte de alimentação a caça e a pesca, assim como a coleta de frutas, raízes e outros produtos próprios de cada região do continente americano.
As questões históricas relativas às migrações	Pré-História Americana	Identificar e compreender que o processo de sedentarização ocorreu de maneira diferenciada em cada região, produzindo formas de vida e sociedades bastante distintas, como a dos incas, nos Andes, e a da maioria das nações nativas, no Brasil.

Fonte: Espírito Santo (2020).

No geral, os livros didáticos do 4º ano do Ensino Fundamental são destinados a apresentar os grupos indígenas das Américas, mostrando como esses moradores viviam anteriormente à vinda dos europeus, assim como o processo de aculturação, catequização e escravização. No ano subsequente, o currículo se direciona às demandas culturais das populações intituladas primitivas, expondo modificações e constâncias, do mesmo modo que a herança cultural e preparação do povo brasileiro, como mostra o Quadro 2:

Quadro 2 – Conteúdo curricular do 5º ano do Ensino Fundamental

CAMPO TEMÁTICO	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES
Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social	O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados	Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado e os grandes rios da Ásia Menor, África, América, Brasil e Espírito Santo, considerando sociedades e civilizações hidráulicas e identificando os conceitos de Estado teocrático, revolução agrícola e sociedade hidráulica.
Registros da história: linguagens e culturas	As tradições orais e a valorização da memória	Identificar formas de marcação da passagem do tempo em distintas sociedades, incluindo os povos indígenas originários e os povos africanos, percebendo que os processos históricos não se dão de forma homogênea no tempo e espaço, ou seja, cada grupo étnico pode estar em determinado período histórico e criar uma contagem do tempo própria.

Fonte: Espírito Santo (2020).

Note-se que o compêndio didático intitula grupos sociais como “primitivos”, não explicitando, portanto, que viviam em estágio cultural diferente, o que pode levar os escolares a entenderem esses grupos como atrasados, exacerbando dessa forma o preconceito contra tais grupos, que passariam a ser considerados inferiores. Dessa forma, indígenas e negros escravizados passam a ser vistos como inferiores e, portanto, seres desprezíveis, reforçando o preconceito contra eles.

Almejamos que esta pesquisa seja incentivo para que as vozes dos negros/escravos mostradas nos livros didáticos utilizados pelo município de Presidente Kennedy/ES não se calem e possam transformar o agir e o pensar dos cidadãos, revelando a importância e a riqueza desses povos para a formação do nosso país. Constatamos que pesquisas ainda são necessárias e precisam fazer parte das responsabilidades como membros da comunidade, pesquisadores e educadores.

#### 4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS POR INTERMÉDIO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES

Mediante as entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa,

obtivemos uma riqueza de informações que nos ajudou a elucidar como os conteúdos sobre os negros escravizados e seus descendentes são trabalhados na disciplina História na escola pesquisada, de forma que podemos vislumbrar se temas como preconceito, racismo são explicados como forma de diminuir ou acabar com a discriminação. E, para melhor compreender o fenômeno examinado, faremos a narrativa a seguir.

#### **4.1.1 A contribuição do professor A de História**

Foi pedido para que o professor pudesse relatar como foi a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19, ao que ele respondeu:

*Foi muito complicado, pois nunca passamos por esse tipo de pandemia, com a qual tivemos que nos adaptar às novas formas de aprendizagem.*

A fala desse professor evidencia que ele não estava preparado para lidar com a situação que foi vivenciada por todos os educadores. Tal fala nos induz a entender que não houve, por parte dos envolvidos com o processo de educação, quer seja a Secretaria de Educação, quer seja os diretores de escola e professores, um melhor planejamento em conjunto, em que fossem discutidos o problema vivenciado e o modo como achar um melhor caminho para superá-lo. Tal situação nos leva a crer também que as medidas tomadas frente ao problema surgido foi muito mais achar um paliativo para a situação vivida, sem se saber ao certo se essa seria a melhor solução. O que ocorreu, na verdade, foi uma tentativa de adaptação às circunstâncias postas, não se sabendo qual a melhor atitude a ser tomada. Dessa forma, podemos inferir que o processo educacional foi extremamente prejudicado, perdendo, com isso, alunos e educadores, uma vez que tal situação prejudicou sem sombras de dúvidas o processo de ensino-aprendizagem.

A pesquisadora pediu para o professor descrever como foi o seu trabalho com os livros didáticos de História durante a pandemia da Covid-19:

*Estudei a melhor forma de passar a matéria para que os alunos assimilassem da melhor forma, inserindo os livros didáticos gradativamente como material de suporte, com temas voltados para a escravidão no Brasil.*

A fala desse professor evidencia que a realidade vivida pelos professores em relação ao ensino aprendizagem foi bastante difícil e complexa, todos buscando achar

soluções, sem saber ao certo se as soluções achadas seriam a mais acertadas, o que mais uma vez nos leva a refletir sobre a falta de um planejamento mais bem elaborado por todos os envolvidos no processo educacional, o que certamente acabou prejudicando esse processo.

Em seguida, a pesquisadora solicitou ao professor para relatar, diante da sua perspectiva, se os alunos alcançaram os objetivos com os conteúdos trabalhados referentes a escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescentes nos dias de hoje:

*Não tiveram muita dificuldade, pois moram em uma localidade onde se tem conhecimento sobre o conteúdo.*

Podemos questionar essa afirmativa, pois não acreditamos, de forma tão peremptória, que o fato de serem oriundos e viverem numa comunidade quilombola significa necessariamente que os alunos tenham amplo conhecimento sobre as questões implicativas do que seja ser quilombola ou se identificar como quilombola.

O professor foi questionado em relação a sua ótica quanto aos pontos positivos no que concerne à resposta e à participação dos alunos no decorrer das aulas remotas, se existiram e se foram funcionais:

*A participação da família, pois em aulas presenciais não são muito participativos.*

A resposta desse professor nos faz refletir sobre um problema crucial, sobretudo nas escolas públicas onde estudam os alunos de menor poder aquisitivo, no que se refere à participação dos familiares no processo educacional de seus filhos ou daqueles pelos quais são responsáveis. O problema da participação de significativa parcela da população dos estratos sociais de menor poder aquisitivo é muito mais complexo, mas tal situação não foi contextualizada pelo professor. Fica parecendo que a culpa é desses familiares e pronto, não há uma solução para o problema. Ou mesmo podemos dizer que nada tem sido feito pela escola para dar conta ausência.

#### **4.1.2 A contribuição da professora B de História**

Foi pedido que a professora relatasse como foi a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19, assim respondendo:

*A suspensão das aulas presenciais nos pegou despreparados para essa atual realidade “aulas virtuais”, foi um enorme aprendizado e experiência.*

A pesquisadora pediu que a professora descrevesse como foi o seu trabalho como os livros didáticos de História durante a pandemia da Covid-19:

*Durante um longo período da pandemia, não utilizei livros didáticos, somente apostilas didáticas elaboradas por mim e revisadas por nossa pedagoga.*

Diferentemente do professor anterior, essa professora nos informa que o livro didático tradicional — selecionado entre aqueles aprovados pelo Programa Nacional do Livro didático (PNLD) — não foi utilizado nas aulas que se seguiram durante o período em que o ensino se tornou *online*. Nesse caso, a Secretaria de Educação indicou a utilização de apostilas que eram distribuídas nas escolas. Embora a professora faça alusão à utilização da apostila confeccionada por ela e supervisionada pela pedagoga, sabemos que foi usual na rede municipal de educação foi o uso de apostilas elaboradas fora do município e entregues nas escolas.

Em seguida, a pesquisadora solicitou à professora que expusesse, de sua perspectiva, se os alunos alcançaram os objetivos com os conteúdos trabalhados referentes a escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje:

*Durante o ano letivo de 2021 eu ainda não trabalhei o referido assunto, pelo motivo de estarmos trabalhando remoto e quando retornamos o município adotou os livros do Sistema Aprende Brasil, nos livros do 5º ano esse assunto ainda não foi abordado.*

Em relação ao narrado anteriormente pela professora, a Lei nº 10.639/2003 no que se refere à inclusão dos conteúdos da História e cultura afro-brasileira não esteve presente nas aulas que se seguiram durante o período pandêmico, o que certamente impediu que importantes discussões em relação a essa temática fossem realizadas, e conseqüentemente ficando fora das discussões nas aulas a abordagens sobre racismo e preconceito.

A professora foi questionada em relação aos pontos positivos no que concerne à devolutiva e à participação dos alunos no decorrer das aulas remotas, se existiram e se foram funcionais:

*No momento eu não consigo mencionar nenhum ponto positivo, pois meus alunos apresentam grandes dificuldades de aprendizagem, eu acredito que a pandemia causou grandes estragos no processo de ensino e aprendizagem.*

Muito têm sido discutidos, no momento, os prejuízos causados no processo educativo brasileiro provocado pelo prolongamento da pandemia e os empecilhos que provocou no processo ensino-aprendizagem no sistema educacional brasileiro. Pela

fala da professora, fica evidenciado que a dificuldade em lidar com o ensino durante a ocorrência da pandemia foi uma realidade marcante e que os prejuízos causados ao processo educacional brasileiro foram de grande monta.

#### **4.1.3 A contribuição da professora C de História**

Foi pedido que a professora relatasse como foi a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19:

*Foi um momento muito difícil, pois tivemos que trocar o quadro de nossas salas, pelas telas e aplicativos digitais, procurando nos reinventar para ensinar os nossos alunos da melhor maneira possível.*

A pesquisadora pediu para a professora resumisse o seu trabalho com os livros didáticos de História durante a pandemia da Covid-19:

*A princípio não utilizamos os livros didáticos, elaboramos atividades com os conteúdos baseados na BNCC, com produção de apostilas, onde fazíamos explicações no grupo.*

Em seguida, a pesquisadora solicitou à professora que avaliasse, de sua perspectiva, se os alunos alcançaram os objetivos com os conteúdos trabalhados referentes a escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje, logo ela falou:

*Não, o livro didático Aprende Brasil não aborda esse conteúdo.*

Aqui cabe destacar que a menção feita pela professora evidencia que há na prática uma grande dificuldade dos profissionais do magistério em trabalhar os conteúdos previstos na Lei nº 10.639/2003. No caso da professora que entrevistamos, fica bem claro que, quando o conteúdo não está presente no compêndio utilizado em sala de aula, o tema é ignorado, ou seja, abandonado. A ausência de abordagem das temáticas escravidão, abolição, dia dos afrodescendentes, racismo, discriminação, cultura afro-brasileira pelo livro didático não justifica que o professor não possa se utilizar de outros recursos para que tais temas sejam discutidos e trabalhados com os alunos.

A professora foi questionada quanto aos pontos positivos, se existiram e se foram funcionais, ela relatou:

*Não tenho muitos pontos positivos a destacar, e sim negativos, pois nossos alunos não desenvolveram suas aprendizagens com as aulas virtuais, como desenvolveram presencial.*

Nesse caso, fica bem evidenciado que a pandemia causou um prejuízo avassalador no processo educacional no município onde estamos realizando a pesquisa. Aliás, não é muito diferente do que se vê em outras regiões do Brasil, como têm apontado inúmeros trabalhos sobre essa temática. Nesse sentido, em sua pesquisa e no texto produzido, Marcolino e Honorato (2021), ao entrevistar um professor sobre as dificuldades acerca da aprendizagem durante a pandemia da Covid-19, relatam que ele declarou: “Os meus alunos se sentem prejudicados, apesar da vontade de aprender. Não estão preparados para a educação a distância, não têm bons recursos tecnológicos e não conseguem aprender sem a presença do professor”.

Figura 7 – Momento 1 de entrevista com a professora



Fonte: Elaboração da autora (2021).

Figura 8 – Momento 2 de entrevista com a professora



Fonte: Elaboração da autora (2021).

Diante da Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", podemos perceber que os professores não haviam abordado ainda o tema em decorrência da pandemia da Covid-19 e por não conter essa abordagem nos livros didáticos utilizados pelo município de Presidente Kennedy/ES. De acordo com relatos dos professores, os alunos já possuem conhecimentos acerca do assunto.

Os professores entrevistados acreditam que a Lei nº 10.639 surgiu para divulgar a cultura afro-brasileira de forma a fornecer subsídios para que os alunos conheçam a sua cultura local, regional e nacional, enfatizando a importância do combate ao racismo nos ambientes escolares. A organização não governamental (ONG) Geledés: Instituto da Mulher Negra, localizada em Salvador, destinada ao

combate racial e aos preconceitos em suas diversas vertentes, acredita que o primeiro passo a ser trabalhado desde cedo com as crianças é nutrir o espírito de tolerância. Assim sendo, no decorrer da pesquisa, percebemos que os profissionais entrevistados abordam essa temática nas suas salas de aula, de modo que os alunos percebam a importância do respeito às diversidades de gênero, cultura, etnia ou religião.

Os livros didáticos utilizados no município de Presidente Kennedy/ES (*Buriti mais Geografia e Buriti mais História*) nas turmas de 4<sup>o</sup> e 5<sup>o</sup> anos abrangem temáticas pertinentes, todavia o fato de aparecerem determinados assuntos relacionados à pessoa negra não implica o cumprimento da Lei nº 10.639/03, pois não basta apresentar nos livros essa temática, é necessário observar como elas estão presentes.

É fundamental salientar a importância da formação docente no que concerne à utilização do livro didático em sala de aula, pois, por mais que as informações contidas neles não estejam coerentes, um profissional da educação qualificado e capacitado, sempre saberá desconstruir tais incoerências a fim de aproveitá-las para construir novas concepções.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais mostram a necessidade da formação do professor:

Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (MEC, 2004, p. 17).

Dessa maneira, é crucial o papel docente na formação dos alunos no que tange à diversidade. Não há como abordar somente os livros didáticos em sala de aula, é fundamental estar em sintonia. Somente assim, as temáticas passarão a ser trabalhadas e as incoerências serão extintas.

## **5 O PRODUTO EDUCACIONAL: CARTILHA PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS**

Ao findarmos as análises da pesquisa, pensamos em elaborar um material que pudesse nortear os trabalhos dos profissionais que atuam com o público da disciplina de História do Ensino Fundamental Anos Iniciais. Assim sendo, a ideia de preparar uma cartilha objetiva destinar aos profissionais um atendimento de qualidade, visto que a recomendação desta pesquisa prioriza trabalhar a temática da escravidão apresentando o escravo dentro dessa nova visão historiográfica, porquanto, por intermédio das entrevistas realizadas com os envolvidos na pesquisa conforme roteiro no APÊNDICE A, pudemos observar a necessidade de material de suporte para orientar o trabalho dos profissionais de História com os estudantes, principalmente acerca dessa temática específica.

O principal objetivo da cartilha foi prover um desenvolvimento de ensino-aprendizagem mais direcionado para ambas as categorias, não somente para o estudante, como também para os profissionais da disciplina de História no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

A cartilha indica novas possibilidades para que os professores de História desse ciclo de ensino trabalhem a temática escravidão de forma a apresentar o escravo dentro dessa nova visão de historiografia. Apresenta sugestões e direcionamentos que visam à contribuição no processo de ensino-aprendizagem aos estudantes que tendem a melhorar seu desempenho, que, com o método tradicional, seria mais dificultoso.



**VANDA DAS NEVES GOMES**

**NAS TEIAS DE ANANSE:  
BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS  
AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

**Produto educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.**

**Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**

**2022**



**Nas teias de Ananse: baú de histórias de heróis Africanos e Afrobrasileiro, 2022. Vanda das Neves Gomes.**

## **Ficha catalográfica**

## **Sumário**

<b>Introdução.....</b>	<b>05</b>
<b>Conhecendo a proposta.....</b>	<b>05</b>
<b>Público alvo.....</b>	<b>06</b>
<b>Materiais. ....</b>	<b>06</b>
<b>Objetivos.....</b>	<b>06</b>
<b>Encaminhamentos .....</b>	<b>07</b>
1) <b>Apresentação .....</b>	<b>07</b>
2) <b>Leitura de história e roda de conversa .....</b>	<b>07</b>
3) <b>Apresentação do Baú de Ananse .....</b>	<b>09</b>
4) <b>Confeção de baú pelos alunos .....</b>	<b>10</b>
<b>História de heróis e heroínas Africanos e Afrobrasileiros .....</b>	<b>11</b>
<b>Sobre a autora .....</b>	<b>19</b>
<b>Referências.....</b>	<b>20</b>



## **NAS TEIAS DE ANANSE:**

05

### **BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

## **Introdução**

Ananse é uma lenda africana, onde se conta um caso considerável onde no mundo antigo que não haviam histórias e por isso a vivência era muito triste. Existiu um período em que Terra não tinham histórias para se contar, dado que, todas eram de propriedade de Nyame, o Deus do Céu (BADOE e DIAKITE). A Metáfora de Ananse coopera para o conhecimento de um ponto de vista do mundo africano, calcada num modelo afrocêntrico de aprendizado, e, tem se expandido de forma que suas teias teçam memórias, histórias e tradições orais como forma de educar.

Com a chegada da Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), tornou-se obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira, história e africana nas instituições escolares, particulares e públicas, abrangendo o ensino fundamental até o ensino médio.





## **NAS TEIAS DE ANANSE:**

06

### **BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

## **Conhecendo a proposta**

A proposta didática aqui apresentada, em formato de cartilha, caracteriza-se como um objeto de ensino e aprendizagem. Este material trata-se de um baú feito de papel (baú de Ananse) contendo as histórias de personalidades negras africanas e afrobrasileiras. Além disso, traz um encarte contendo 06 histórias de heróis e heroínas africanos e afrobrasileiros e perguntas norteadoras que possibilitarão rodas de conversas sobre a temática trabalhada.

Por fim, apresenta-se uma proposta de oficina de desenho, pesquisa e escrita sobre heróis negros.





## **NAS TEIAS DE ANANSE:**

07

### **BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

## **Público Alvo**

**Professores e alunos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental Séries Iniciais.**

## **Materiais**

- **01 baú para impressão;**
- **01 encarte com apresentação e perguntas;**
- **06 encartes contendo reescrita de histórias de heróis africanos e afrobrasileiros;**
- **01 encarte contendo proposta de oficina de desenho, pesquisa e escrita.**

## **Objetivos**

**Possibilitar o (re)conhecimento das histórias de heróis negros africanos e afrobrasileiros, valorizando as culturas e contribuições do negro para a construção do Brasil.**





## **NAS TEIAS DE ANANSE:**

08

### **BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

#### **Encaminhamentos**

Inicialmente, o professor deverá montar o baú. Posteriormente, poderão ser realizados os seguintes roteiros:

##### **1) Apresentação**

O professor deverá levar o baú para a sala, apresentando-o para as crianças. Perguntas norteadoras: A palavra baú nos lembra o quê? Motivá-los a compreender que o baú guarda coisas preciosas.

##### **2) Leitura de História e Roda de conversa**

Nessa etapa, o professor realizará a leitura da história de Ananse, instigando-os a reconhecer a importância das histórias para um povo. É um momento oportuno para discutir, também, a ideia de herói.

Disponível em: <http://www.mitografias.com.br/2015/08/ananse-e-as-historias-do-deus-do-ceu/>





## **NAS TEIAS DE ANANSE:**

09

### **BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

**Perguntas norteadoras:**

- **Vocês conhecem a história do "lugar" onde moram? Do nosso município?**
- **Por que Ananse foi uma heroína para o seu povo?**
- **Vocês conhecem outros heróis? Quais? Descreva-os .**

**É uma boa oportunidade para solicitar aos alunos que desenhem heróis com as características que eles conhecem. Os desenhos deverão ser guardados para posterior problematização.**





## **NAS TEIAS DE ANANSE:**

10

### **BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

#### **3) Apresentação do Baú de Ananse: heróis e heroínas africanos e afrobrasileiros**

Nessa etapa será apresentado o Baú de Ananse contendo as 06 histórias de heróis negros africanos e afrobrasileiros. Para tanto, segue as perguntas norteadoras:

- Vocês se lembram da nossa aula passada? Em que conversamos sobre baús e heróis? Hoje vamos conhecer as preciosidades do Baú de Ananse: histórias de heróis negros africanos e afrobrasileiros.

O professor deverá realizar a leitura com os alunos, destacando as belezas das histórias, as grandes contribuições dos negros e negras para o Brasil / lugar do aluno. É válido desmistificar a imagem pejorativa que temos do continente africano, ressaltando as riquezas e belezas.





## **NAS TEIAS DE ANANSE:**

11

### **BÁU DE HISTÓRIAS DE HERÓIS AFRICANOS E AFROBRASILEIROS**

#### **4) Confeção de baú pelos alunos. Desenho, escrita e pesquisa sobre heróis negros**

Após a leitura, apreciação e conversas sobre as histórias, sugere-se que os professores organizem um momento em que os alunos poderão pesquisar sobre outras heróis e heroínas negras (pode-se levar os alunos à sala de informática ou separar previamente textos que tratem sobre a temática e leve-os para a sala de aula.)

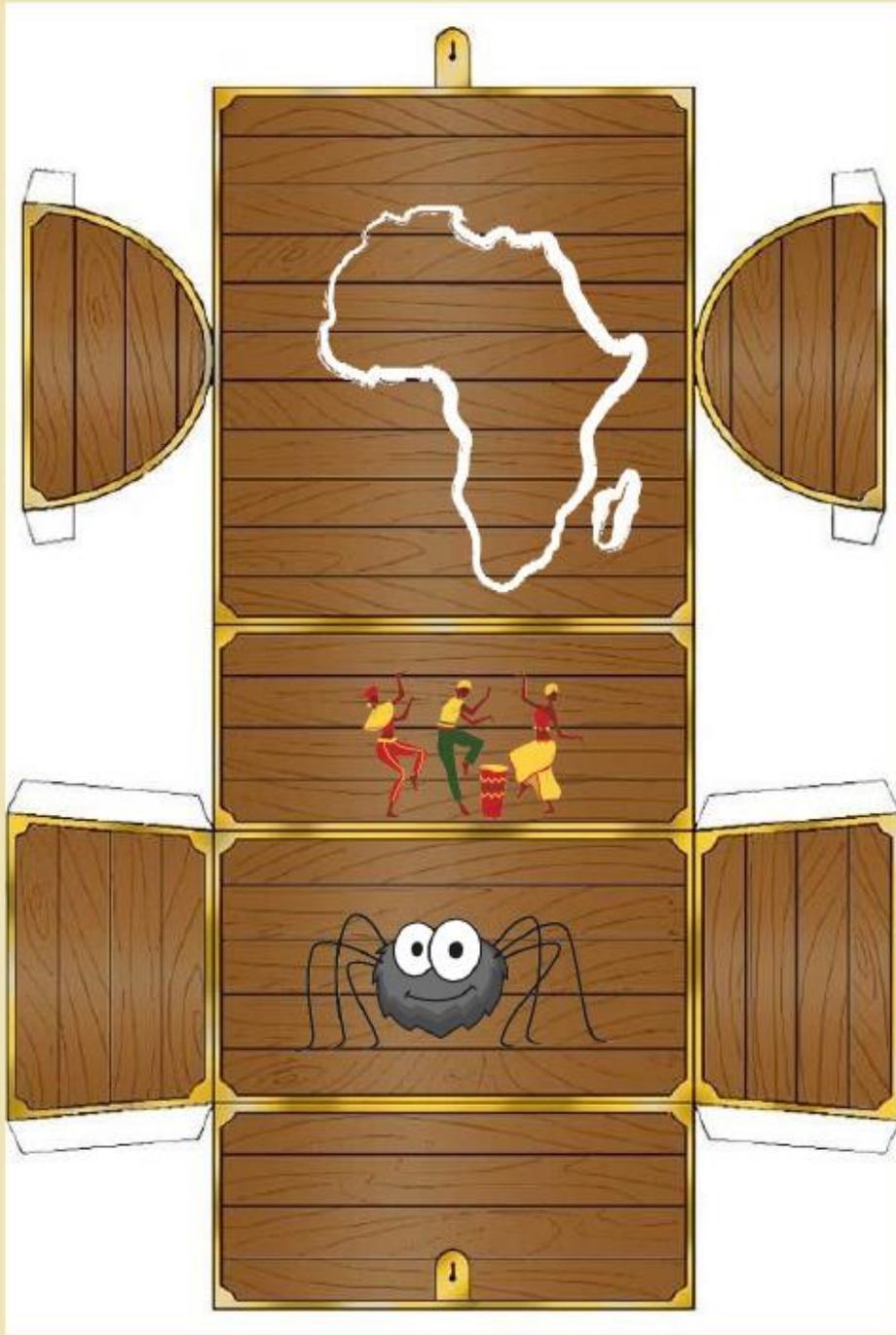
Por fim, os alunos poderão, também criar seus próprios heróis negros, a partir de problematização dos desenhos realizados por eles no início da proposta.





**O BAÚ DE ANANSE:  
HISTÓRIAS DE HERÓIS  
AFRICANOS E  
AFROBRASILEIROS**





## Mansa Musa: grande Líder africano



**Mansa Musa é um herói negro é muito importante para nós — puxando sardinha para o nosso lado: professores e alunos. Olha quantas coisas maravilhosas ele deixou de legado: ESCOLAS, BIBLIOTECAS, MUSEUS.**

**Ele governou o Reino de Mali, um dos reinos mais ricos de toda história, localizado em África. Os reinos africanos eram ricos e poderosos, e preocupados com a educação e cultura do povo.**

## **Esperança Garcia: Liberdade pelas Letras**

15



**Muitos dizem que verde é a cor da esperança. Mas, a Esperança que vamos conhecer hoje é negra! Ela foi a primeira advogada do Brasil! Você sabia?! Em 1770 ela escreveu uma carta ao governador da época, exigindo melhores condições de vida para o povo negro.**

## **Luiz Gama: advogado do povo**



**Luiz Gama é um grande herói! Vocês sabiam? Ele foi um poeta, jornalista e advogado. Ele libertou muitos escravizados, antes mesmo da abolição. Escreveu importantes livros de literatura e escreveu para grandes jornais da época.**

## **ANTONIETA DE BARROS: Heroína das Leis**



**Nossa heroína criou o Dia do Professor!  
Veja outros atos heroicos da nossa  
heroína sorridente: Ela usava o poder da  
educação e acreditava que ele poderia  
libertar o povo negro. E tem mais, ela foi  
uma grande deputada estadual por  
Santa Catarina.**

## **Marta Firmina dos Reis: Escrevendo nossa história**



**"Se a história é nossa deixa que nois escreve", já disse o poeta. Já vimos também que as histórias são super importantes, não é mesmo? Nossa Maria heroína é uma grande escritora. Foi a primeira mulher negra a escrever um romance no Brasil: ÚRSULA. Ela tem grande importância para a nossa literatura e para o nosso povo. Somos todos Reis.**

## **Zumbi dos Palmares: reinado negro no Brasil**



**Lembra do Reino de Mali?! De Mansa Musa?! Um grande herói brasileiro também construiu um grande reinado, aqui em terras brasileiras, o Quilombo dos Palmares. Estamos falando do guerreiro Zumbi dos Palmares.**

**Zumbi, junto com outras negros e negros, alcançaram a liberdade e construíram uma grande cidade para o seu povo. O Quilombo de Palmares tornou-se muito desenvolvido economicamente e culturalmente, além de ajudar na libertação de outros negros e negras.**

**Aqultune, Dandara de Palmares e Gangazumba também foram importantes líderes de Palmares.**

## **Sobre a autora**

**VANDA DAS NEVES GOMES**

**Mestranda em Ciência, Tecnologia e Educação pela  
Faculdade Vale do Cricaré/São Mateus-ES. Graduada em Pedagogia.  
Especialista em Educação Infantil, Ensino  
Fundamental e Educação Inclusiva. Professora da Educação  
Infantil.**

## REFERÊNCIAS

**SILVA, Danie. Ananse e as Histórias do Deus do Céu. 2015.**  
Disponível em: <https://www.mitografias.com.br/2015/08/ananse-e-as-historias-do-deus-do-ceu/>. Acesso: 10 jan. 2022

**REPORTAGEM: G1 Globo. Vivi Leitão.**  
<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/11/20/quilombola-lanca-livro-sobre-a-organizacao-social-e-politica-do-quilombos-palmars-em-al.ghtml>. Acesso: 10 jan. 2022

**IMAGENS: Esperança garcia, Maria Firmino e Antonieta de Barros -**  
<https://azmina.com.br/reportagens/heroinas-negras-do-brasil/>

**Demais imagens de personalidades negras: Internet/ Autor desconhecido**

**Ilustrações & Designer: Canvas Profissional**



**2022**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentamos que os livros de História/Geografia selecionados, trabalhados no município de Presidente Kennedy/ES promovem um certo discurso racial que esteve ausente nos principais livros didáticos. Essas diferenças abrangem mais do que a cor da pele dos personagens históricos; é uma ideologia que fala diretamente da humanidade dos negros. Os atores negros não estão apenas assumindo um papel marginal na história de seus países como um obstáculo para o progresso branco e para serem tratados através da opressão e da violência. Neste trabalho, mostramos que os negros têm uma agenda, que é representada através de sua epistemologia, de sua estética e das várias identidades intersetoriais que as humanizam.

Reconstruir livros de história negra como textos ontológicos revisionistas é proeminente por várias razões. Primeiro, os livros de história negra apresentam uma luz racial crítica para alunos e professores digerirem (KING, 2016). Como os currículos são textos racializados, a maioria dos discursos tradicionais de livros de História são centrados como não-racistas (KING; CHANDLER, 2016). Por não racistas não estamos insinuando que a raça está ausente, mas que raça e racismo são apresentados como não críticos através de paradigmas liberais raciais. O que acontece é que alunos e professores entendem raça e racismo como barreiras psicológicas e interpessoais, principalmente visíveis através de noções extremas de opressão. O conhecimento racial que é encontrado através da história convencional compreende a raça através da cor da pele e historicamente fixa, como algo antiquado e como um fenômeno individual.

Em contraste, a alfabetização racial crítica tenta explicar a raça em certas nuances. Raça é explicada como uma invenção, algo que é real culturalmente, mas não real biologicamente. Trata-se de uma construção social cujas regras são inócuas e propositadas, totalmente ensinadas e passadas por gerações em níveis micro e macro. O racismo está enraizado, não apenas através de indivíduos, mas dentro de estruturas, e continuará a ser um problema persistente na sociedade global.

A alfabetização racial crítica também insiste que raça e racismo, como conceitos, alteram-se pelo tempo e pela geografia. Os livros de História/Geografia analisados apresentaram uma distinção histórica sobre raça e negritude na África. Com a noção de africanos vendendo africanos, pode-se inferir uma certa traição racial, (eles são negros, portanto, a venda de outros negros causou sua "própria" morte no

Novo Mundo). Através da narrativa, os livros de História/Geografia resistem a essencializar raça e negritude. Em vez disso, as narrativas identificam que a raça não era um qualificador ativo naquele momento histórico e que os africanos se viam como grupos étnicos distintos, independentes e, por vezes, rivais. Os africanos, em outras palavras, não se viam como um grupo racial coletivo de forma semelhante à forma como os europeus não se viam coletivamente como brancos antes de 1700.

Esses livros tiveram o cuidado de fazer essas distinções e explicar como os negros e brancos se tornaram racializados, em capítulos sobre a estrutura, o poder e a fluidez da raça e do racismo. Dado o contexto de que muitos professores são “disconscientes” — tendo aceitação inconsciente e justificação da desigualdade racial e exploração — sobre questões raciais, muitos lutam com conceitos raciais complicados nas salas de aula. Portanto, os livros didáticos se tornam o principal recurso para o ensino. Os livros de História/Geografia oferecem uma abordagem mais matizada para a alfabetização racial. Essa alfabetização fornece uma gramática racial que ajuda a diagnosticar as dimensões sócio-históricas da formação racial e como esse processo influenciou a forma como a negritude é feita globalmente.

A História é usada para construir identidades que definem onde as pessoas estiveram, o que elas estiveram, onde estão e o que são. A História também fornece um projeto para onde eles ainda devem ir e o que eles ainda devem ser. A História pode legitimar culturas dominantes e deslegitimar as experiências históricas dos outros. A História também tem o poder de elevar certas narrativas e silenciar outras, tornando os personagens do fluxo principal visíveis enquanto outros são invisíveis.

Invisibilidade e análise histórica não crítica significam, para as crianças em idade escolar, que os negros são insignificantes para o crescimento ideológico, desenvolvimento físico e bem-estar moral do Estado. Em muitos aspectos, narrativas históricas oficiais representam os negros como problemas a serem resolvidos (LADSON-BILLINGS, 2003). A narrativa da escravidão estabelece a base de um currículo antirracista à medida que seu simbolismo transcende o currículo histórico e a escravidão se torna identidade negra e ontologia. Dumas (2016, p. 11) explica:

Os negros estão social e culturalmente posicionados como escravos, despossuídos da agência humana, do desejo e da liberdade... escravidão marca a posição ontológica dos negros. A escravidão é como a existência negra é imaginada e decretada, e como os não-negros – e particularmente os brancos – afirmam seu próprio direito à liberdade e direito ao consumo, destruição e/ou simples demissão do Negro.

O processo de ontologia revisionista, no entanto, às vezes equipara o humanismo negro com a realização negra. Este nexos entre essas duas categorias sugere aspectos da antirracista. Se as figuras históricas negras não se encaixam dentro de certos padrões de conquistas históricas e grandeza, a totalidade das várias experiências que compõem as histórias negras é descartada. Combater o racismo com suporte nos livros didáticos de história/geografia, é em grande parte sobre a redefinição da identidade negra e resistir às noções de Negritude. As narrativas negras, em muitos aspectos, foram alteradas de como se sente como um problema para como se sente como uma solução e contribuinte para a sociedade.

Redefinir a história negra tem duas agendas. Por um lado, como projetos ontológicos revisionistas, o objetivo dos livros de História/Geografia não é ensinar História negra, mas histórias negras. A noção de uma história singular assume uma única narrativa. Narrativas singulares são hegemônicas, pois a tendência é promover a maioria ou a população dominante. A noção de múltiplas histórias é vista ao longo da História negra à medida que se conecta às semelhanças dentro da diáspora africana, ao mesmo tempo que complica a negritude e apresenta histórias únicas que ampliam o conceito de pessoas negras globalmente.

Defendemos que professores devem reestruturar o que são consideradas histórias negras. Fazer isso é desassociar-se de suas linhas temporais tradicionais. Em muitos livros de História tradicionais, a história passa por um paradigma importante para a cultura branca dominante. O uso desse quadro já apresenta relevância histórica para as histórias dos negros porque o quadro é naturalmente projetado para marginalizar pessoas para as quais a narrativa não foi originalmente pretendida. O que precisa ser feito é uma reconstrução total das histórias negras relevantes para as experiências históricas dos negros. Por exemplo, os começos históricos não estão no Brasil, mas na África, os Pais Fundadores Brancos não são Pais Fundadores Negros (os negros estabeleceram suas próprias instituições para negros livres, bem como pós-escavidão), e a Abolição da Escravatura foi o acontecimento histórico mais importante do Brasil após a Proclamação da Independência, em 1822. No dia 13 de maio de 1888, após seis dias de votações e debates no Congresso, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que decretava a libertação dos escravos no país.

Essa abordagem é verdadeiramente vista como ontologia revisionista porque redefine a negritude dentro dos espaços raciais brancos. Entendemos que essa

sugestão pode ser vista como não prática para muitos, dado o contexto liberal racial de uma noção idealizada de total exclusividade racial. Os livros examinados alteraram alguns, mas em grande parte se assemelham à linha do tempo histórica do contexto tradicional. Por causa de seu revisionismo racial, a tendência dos alunos é destacar os retratos positivos (para as mentes atuais) da cultura negra. O que acontece é que a mesma crítica que os estudiosos da educação têm sobre livros didáticos tradicionais pode ser inadvertidamente replicada nos domínios da História negra.

Os livros de História/Geografia pesquisados não apresentavam totalmente os negros como intocados: as narrativas dos homens negros como machistas, bem como de pessoas como Idi Amin (ditador ugandense) e François e Jean-Claude Duvalier (ditadores haitianos), são exemplos. Os livros didáticos, no entanto, parecem silenciar grandes transgressões passadas que buscavam a complexidade do humanismo negro e sua conexão com a supremacia branca. Como narrativas que acentuavam a emigração negra para outros países como agência de transgressão racial foram articuladas, o que aconteceu depois que novas colônias foram criadas é em grande parte silenciada.

Embora reconheçamos, como Trouillot (1995), que todas as narrativas não podem estar envolvidas em histórias por uma questão de clareza, os livros silenciaram essa história e perderam a oportunidade de explorar a influência da supremacia branca ocidental, do capitalismo e da classificação racial e étnica, bem como definições de humanidade. À medida que nos aproximamos, alertamos os leitores de que os textos revisionistas de história negra ontológica, como os analisados, são voltados para como os negros se veem como seres históricos, bem como seu estado atual de existência. O quadro não deve ser considerado como uma única estratégia para fazer com que as pessoas brancas se identifiquem com a humanidade negra, embora possa ser uma consequência não intencional. Em outras palavras, os livros de História negra não são usados para provar a humanidade negra para os brancos. A existência negra deve ser suficiente. Esperamos que, para os professores de História negra, esse arcabouço teórico da ontologia revisionista desafie a forma como eles contextualizam, planejam e ensinam o currículo.

Através da nossa análise nos livros didáticos e textos/documentos, também incentivamos os professores a adotarem um modelo semelhante na seleção de matérias/textos para serem trabalhados nas salas de aula. Ao explorar e incorporar epistemologia, estética e interseccionalidade, os alunos ganham conhecimentos das

complexidades em torno das experiências dos negros que vivem no Brasil e da História global anterior que levou a essas experiências.

## REFERÊNCIAS

- AGNÈS, F. D. The Fellows of the Tankovins a partir dos anos 1970 até o presente, **Nova Revisão Pedagógica**, v. 57, n. 1, p. 56-69, 2007.
- ALISTAIR, R. **Currículo: construção e crítica**. Londres: Falmer Press, 2000.
- ALTBACH, P. G. *et al.* **Publicação no Terceiro Mundo: conhecimento e desenvolvimento**. New Hampshire: Heinemann Books, 1985.
- AMANTINO, M. S. A escravidão em Cataguazes e os cativos da família Vieira. *In*: SOUSA, J. P.; ANDRADE, R. G. (Org.). **Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 13-44. v. 1.
- ANDRÉ, C. **Cultura escolar, uma abordagem histórica**, Paris: Belin, 1998.
- AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARTON, K. C. Fontes primárias na história: rompendo os mitos. **Phi Delta Kappan**, v. 86, n. 10, p. 745-753, 2005.
- BIERMAN, P. *et al.* Reconsiderando o livro didático. **Eos, Transactions American Geophysical Union**, v. 87, n. 1, p. 306, 2005.
- BRASIL. **13. Anuário de violência do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília/DF, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- BRITO, D. Negros ainda lutam por direitos básicos, 30 anos após Constituição. **Agência Brasil**, Brasília, 13 maio 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/negros-ainda-lutam-por-direitos-basicos-30-anos-apos-constituicao>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- BROOKE, J. **Brasil busca devolver terras ancestrais aos descendentes de escravos em fuga**. New York Times, 15 ago. 1993.
- BURITI mais Geografia 4º ano. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. São Paulo: Moderna, 2017a.

BURITI mais Geografia 5º ano. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. São Paulo: Moderna, 2017b.

BURITI mais História 4º ano. Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. São Paulo: Moderna, 2017.

CAMPOS, A. P. **Nas barras dos tribunais:** direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. 2003. 278 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CASTRO, H. M. M. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre as práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade, coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto).

CHRISTIAN, S. **O que determina o conteúdo do livro didático de história?** Desafios metodológicos na análise de conflitos políticos em livros didáticos de História. Artigo apresentado na Conferência ISDH. Romênia, ISHD, 2009.

CONRAD, Robert Eduard. **Filhos do Fogo de Deus:** uma história documental da escravidão negra no Brasil. Pennsylvania State University Press, 1994. p. 3-5.

COSTA, E. V. **O Império brasileiro:** mitos e histórias, rev. ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000.

DELORS, J. Os quatro pilares da educação. *In:* UNESCO. **Educação:** um tesouro a descobrir. 10. ed. São Paulo: Cortez; MEC/UNESCO, 2002.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução:** a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In:* DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (Império do Brasil). Quadro geral da população escrava. **Recenseamento Geral do Brasil de 1872.**

DUMAS, M. J. Contra o escuro: anti blackness na política e discurso educacional. **Teoria na Prática**, v. 55, n. 1, p. 11-19, 2016. DOI:10.1080/00405841.2016. 1116852.

ESPÍRITO SANTO (Estado).. **Currículo do Espírito Santo.** Área de conhecimento: Ciências humanas. Componentes Curriculares – História e Geografia. Vitória, 2020. Disponível em: [https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curriculo\\_ES\\_Ciencias\\_Humanas.pdf](https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curriculo_ES_Ciencias_Humanas.pdf). Acesso em: 25 fev. 2021.

FERLINI, V. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no nordeste colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

FLORENTINO, M. Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos moçambicanos no Rio de Janeiro (1790-1850). *In*: FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; JUCÁ, A. C.; CAMPOS, A. P. **Nas rotas do Império**; eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes, 2014. p. 177-224.

FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. Parentesco e família entre os escravos de Valim. *In*: CASTRO, H. M. M.; SCHONOR, E. (Org.). **Resgate**: uma janela para o Oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 39-64.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Brasília: DF: Global, 1930.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, J. P. Sistema político inviabiliza eleição de negros para cargos legislativos, *JORNAL DA USP*, 16 ago. 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/sistema-politico-inviabiliza-eleicao-de-negros-para-cargos-legislativos/>. Acesso em: 5 dez. 2021.

GRUPO DE MULHERES CAIPORAS. *Mulheres no Brasil*, 1993.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/B8QfF5wgK3gzDNdk55vFbnB/?lang=pt>. Acesso em: 4 fev. 2021.

HANNA, S. Navegando em um mundo globalizado: reflexões sobre livros didáticos, ensino e aprendizagem. **The Journal of Educational Media, Memory, and Society** 1, n. 1, 2009.

HENRI, M. D. **Classe, códigos e controle**: estudos teóricos para uma sociologia da linguagem. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1971.

HUMMEL, C. **Livros escolares e educação ao longo da vida**: uma análise dos livros escolares de três países. Hamburgo: UNESCO, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. 2018.

JOHAN, W. **A queima de livros didáticos de história e a censura na África do Sul**: o caso de *Em busca de História 12ª série - Livro do Aprendiz*. Artigo apresentado na Conferência ISHD, 2009.

KING, L. J. Ensinando história negra como um projeto de alfabetização racial. **Raça Etnia e Educação**, v.19, n. 6, p. 1303-1318. DOI:10.1080/13613324.2016.1150822, 2016.

KING, L. J.; CHANDLER, P. T. Do não racismo ao antirracismo na formação de professores de estudos sociais: estudos sociais e conhecimento de conteúdo pedagógico racial. *In*: CROWE, A.; CUENCA A. (Ed.), **Repensando a formação de professores de estudos sociais no século XXI**. Nova Iorque: Springer International Publishing, 2016. p. 3-21.

LADSON-BILLINGS, G. **Perspectivas críticas da Teoria da Raça sobre estudos sociais**: a profissão, as políticas e o currículo. Greenwich, CT: Idade da Informação, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica 1**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, M. J. S., Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, ano 10, n. 19, p. 64-82, ago. 2017.

LEWKOWICZ, I.; GUTIERREZ, H.; FLORENTINO, M. **Trabalho compulsório e trabalho livre na História do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2008.

MACHADO, M. H. P. T. Prefácio. *In*: BERTIN, E. **Alforrias na São Paulo do século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

MARCOLINO, A. C. K. B.; HONORATO, H. G. A arte de ensinar e a pandemia Covid-19: a visão dos professores. *In*: JORNADA CIENTÍFICA, 2.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE ANICUNS, 2020, Anicuns. **Anais [...]**. Anicuns: Even3. ISBN: 978-65-5941-059-0. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/atual/Comunicacao/EIXO%204%20PDF/HerculesGuimaraesHonorato-E4com.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

MARTINEZ, C. E. P. M. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX, Bonfim do Paraopebas/MG. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser escravo no Brasil**: séculos XVI – XIX. New Brunswick: Rutgers University Press, 1986.

MERLO, P. M. S. **O nó e o ninho**: estudo sobre família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MEYER, M. L. C. **Arranjos de vida**: direito e relações entre senhores e escravos-termo de Mariana, 1850-1888. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

MICHAEL, A. *et al.* **A política do livro didático**. Londres: Taylor e Francis, Inc., 1991.

MIHAI, M. **Novos livros de história**: análise das questões metódicas. Artigo apresentado na Conferência ISHD, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, out. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1997.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social/Comissão de Direitos Humanos. **Relatório do Sr. Maurice Glele-Ahanhanzo**. Relatório Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, em sua missão ao Brasil de 6 de junho a 17 de 1995, submetido de acordo com as Resoluções da Comissão de Direitos Humanos 1933/20 e 1995/12. Doc.E / CN.4 / 1996/72 / Add.1, 23 jan. 1995.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiros em sua própria terra**: representações do brasileiro (1870-1920). São Paulo: Annablume, 1998.

NICOLE, T. G. **A história escolar em risco de mudança de sociedades**: razões, comparações, educações. Uma revisão francesa da educação comparada, n. 4, Paris, L'Harmattan, 2009.

NUNES, S. S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicol. USP**, v. 17, n. 1, p. 89-98, mar 2006 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/kQXPLsM8KBkZYSBTnTGhvmj/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLDIMAR, C. **O desenho dos livros escolares de História do Brasil**: questões do processo de produção negligenciadas pela pesquisa e avaliação do livro escolar. Artigo apresentado na Conferência ISHD, 2009. Disponível em: <http://tinyurl.com/oldimar>. Acesso em: 17 maio 2021.

OLIVEIRA, J. M. *et al.* Explorando a percepção de alunos e professores sobre os livros didáticos em uma escola primária. **Comunicar**, v. 21, n. 42, p. 87-95, 2014.

PROENÇA, W. L. Escravidão no Brasil: debates historiográficos contemporâneos. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA: "PENSANDO O BRASIL NO CENTENÁRIO DE CAIO PRADO JÚNIOR", 24., 2007, Assis. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SemanadeHistoria/wander.PDF>. Acesso em: 5 fev. 2021.

PROGRAMAS DO LIVRO. **Portal do FNDE**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 17 jun. 2021.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis. **A escravidão negra em São Paulo**: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

RAEDERS, R. **O inimigo cordial do Brasil**: o conde de Gobineau no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

REINHOLZ, F. Após 132 anos da abolição, Brasil ainda não fez a devida reparação da escravidão. **Brasil de Fato**, Porto Alegre, 13 maio 2020.

RODRIGUES, J. **Da costa a costa**: escravos, marinheiros e empreendedores do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTHIRAM, R. Material curricular para integração nacional na Malásia: correspondência ou incompatibilidade? **Asia Pacific Journal of Education**, v. 17, n. 2, p. 7-17, 1997.

SILVA, C. M. **Processos-crime**: escravidão e violência em Botucatu. São Paulo: Alameda, 2004.

SLENES, R. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TOPLIN, R. B. **A abolição da escravatura no Brasil**. Nova York: Atheneum, 1972.  
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

TROUILLOT, M. R. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Boston, MA: Beacon Press, 1995.

VALERIYA, R. **No caminho para um design de livro didático amigável ao aluno**. Artigo apresentado na Conferência ISHD, 2009.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

**APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O (A) PROFESSOR (A)  
REGENTE DE HISTÓRIA**

**ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DE HISTÓRIA**

1. Qual o seu tempo de experiência na docência?
 

Até 01 ano     De 01 a 05 anos     Acima de 05 anos
2. Qual turma leciona nesta instituição?
 

1º ano     2º ano     3º ano     4º ano     5º ano
3. Possui experiência com alunos do Ensino Fundamental?
 

Sim     Não
4. Utiliza livros didáticos de História nas suas aulas?
 

Sim     Não     Às vezes
5. Já desenvolveu algum projeto sobre escravidão, pós abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje?
 

Sim     Não
6. Relate como foi para você, a suspensão das aulas presenciais devido a Pandemia da Covid-19.
 

*Foi muito complicada, pois nunca passamos por esse tipo de pandemia, a qual tivemos que nos adaptar as novas formas de aprendizagem.*
7. Descreva como foi o seu trabalho com os livros didáticos de História durante a Pandemia da Covid-19?
 

*Estudei a melhor forma de passar a*

a matéria para que os alunos assimilassem da melhor forma.

8. Na sua perspectiva, os alunos alcançaram os objetivos propostos com os conteúdos trabalhados referentes a escravidão, pós abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje? Relate.

não tiveram muita dificuldade, pois moram em uma localidade, onde se tem conhecimento sobre o conteúdo.

9. A família dos seus alunos foi participativa e atuante o necessário durante as aulas *online* com devolutivas?

Sim

10. Diante sua óptica, descreva quais pontos positivos acredita que sejam relevantes destacar, e que foram funcionais nas aulas *online* trazendo resultados positivos aos alunos.

a participação da família, onde em aulas presenciais não são muito participativos.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O (A) PROFESSOR (A)  
REGENTE DE HISTÓRIA

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DE HISTÓRIA

1. Qual o seu tempo de experiência na docência?
 

( ) Até 01 ano    ( ) De 01 a 05 anos    (X) Acima de 05 anos
2. Qual turma leciona nesta instituição?
 

( ) 1º ano    ( ) 2º ano    ( ) 3º ano    ( ) 4º ano    (X) 5º ano
3. Possui experiência com alunos do Ensino Fundamental?
 

(X) Sim    ( ) Não
4. Utiliza livros didáticos de História nas suas aulas?
 

(X) Sim    ( ) Não    ( ) Às vezes
5. Já desenvolveu algum projeto sobre escravidão, pós abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje?
 

( ) Sim    (X) Não
6. Relate como foi para você, a suspensão das aulas presenciais devido a Pandemia da Covid-19.
 

*A suspensão das aulas presenciais nos deixou despreparados para essa atual realidade "aulas virtuais". Foi um enorme aprendizado e experiência.*
7. Descreva como foi o seu trabalho com os livros didáticos de História durante a Pandemia da Covid-19?
 

*Durante um longo período da pandemia eu não*

utilizei livros didáticos somente (somente) apostilas didáticas elaboradas por mim e revisadas por nossa pedagoga.

8. Na sua perspectiva, os alunos alcançaram os objetivos propostos com os conteúdos trabalhados referentes a escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje? Relate.

Atualmente com o letivo de 2021 eu ainda não trabalhei o referido assunto, pelo motivo de estarmos trabalhando remoto, e quando retornarmos o município obtiver os livros do Sistema Aprende Brasil, nos livros do 5º Ano esse assunto ainda não foi abordado.

9. A família dos seus alunos foi participativa e atuante o necessário durante as aulas online com devolutivas?

Apenas 30% a grande maioria não.

10. Diante sua óptica, descreva quais pontos positivos acredita que sejam relevantes destacar, e que foram funcionais nas aulas online trazendo resultados positivos aos alunos.

No momento eu não consigo mencionar nenhum ponto positivo, pois meus alunos apresentam grandes dificuldades de aprendizagem, eu acredito que a pandemia causou grandes estragos no processo de ensino e aprendizagem.

Professora: Suziane de Souza Garcia Promotora

EMEIEF: "Inci Batalha"

Série: 5º Ano.

Professora Elaine.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O (A) PROFESSOR (A)  
REGENTE DE HISTÓRIA

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES DE HISTÓRIA

1. Qual o seu tempo de experiência na docência?
 

( ) Até 01 ano    ( ) De 01 a 05 anos    (X) Acima de 05 anos
2. Qual turma leciona nesta instituição?
 

( ) 1º ano    ( ) 2º ano    ( ) 3º ano    (X) 4º ano    ( ) 5º ano
3. Possui experiência com alunos do Ensino Fundamental?
 

(X) Sim    ( ) Não
4. Utiliza livros didáticos de História nas suas aulas?
 

(X) Sim    ( ) Não    ( ) Às vezes
5. Já desenvolveu algum projeto sobre escravidão, pós abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje?
 

( ) Sim    (X) Não
6. Relate como foi para você, a suspensão das aulas presenciais devido a Pandemia da Covid-19.
 

foi um momento muito difícil, pois tivemos que trocar o quadro de nossas salas, pelas telas e aplicativos digitais, procurando nos reunir, tão mais ensinar os nossos alunos da melhor maneira possível.
7. Descreva como foi o seu trabalho com os livros didáticos de História durante a Pandemia da Covid-19?
 

A princípio não utilizamos os livros didáticos,

elaboramos atividades com os conteúdos baseados no BCC, com produção de apostilas, onde fazíamos explicações no grupo.

8. Na sua perspectiva, os alunos alcançaram os objetivos propostos com os conteúdos trabalhados referentes a escravidão, pós-abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje? Relate.

não, o livro didático Aprende Brasil não abordou conteúdo.

9. A família dos seus alunos foi participativa e atuante o necessário durante as aulas online com devolutivas?

Algumas famílias sim, outras não fazem devolutivas com fotos e entregaram as apostilas incompletas.

10. Diante sua óptica, descreva quais pontos positivos acredita que sejam relevantes destacar, e que foram funcionais nas aulas online trazendo resultados positivos aos alunos.

não tenho muitos pontos positivos a destacar, e sim negativos, pois muitos alunos não desenvolveram suas aprendizagens por as aulas virtuais, como desenvolveriam presencial.

## ANEXOS

### ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a): "A representação dos negros / escravos nos livros didáticos adotados no ensino fundamental I do Município de Presidente Kennedy/ES", conduzida por Vanda das Neves Gomes. Este estudo tem por objetivo verificar se os livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados em Presidente Kennedy/ES e verificar se os livros didáticos de História adotados no Ensino Fundamental I de Presidente Kennedy/ES, ao abordar a temática escravidão e vida dos descendentes dos escravos pós abolição e nos dias atuais, tratam desses assuntos alusivos ao município; verificar como os professores de História vêem a abordagem do tema escravidão e pós escravidão apresentadas pelos livros didáticos adotados; aferir se os conteúdos expostos contribuem para o rompimento do preconceito, racismo, estigma em relação aos afrodescendentes; verificar se os conteúdos apresentados nos livros didáticos adotados estão consonância com o que preconiza as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a lei 10.639, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e construir uma cartilha indicando novas possibilidades para o professor de História do Ensino Fundamental I trabalhar a temática escravidão apresentando o escravo dentro dessa nova visão da historiografia.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em compreender como iremos trabalhar com livros didáticos que tenham sido aprovados pelo Programa do Livro didático (PNLD) e que foram adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy entre 2019 a 2021. Basicamente com seis livros e ainda com análise documental, verificando se o Programa de Ensino Municipal de História do Ensino Fundamental I tem contemplado o que preceitua as LDB e a Lei n. lei 10.639/2003, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Iremos organizar formulários com perguntas semiestruturadas para entrevistar 03 professores que atuam como professores de História no Ensino Fundamental I da escola Quilombolas do Município de Presidente Kennedy/ES, EMEF "Orci Batalha", a fim de verificar como estes tem trabalhado os conteúdos referente a escravidão, pós abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje. Iremos entrevistar 01 professor atuante no 3º ano, 01 professor do 4º ano e 01 professor do 5º ano da EMEF "Orci Batalha". Estas entrevistas serão gravadas e transcritas. Pensamos que ao trabalharmos com esse quantitativo de professores de séries distintas, conseguiremos obter dados fidedignos e condições para uma escrita mais primorosa. Em decorrência da Pandemia da Covid-19 que exige o distanciamento social, realizaremos as entrevistas individualmente via contato telefônico a fim de expor nossa proposta de pesquisa. Posteriormente, organizaremos um cronograma com datas e horários para atendimento via plataforma Google Meet mediante as agendas dos participantes. Acreditamos que as entrevistas tenham duração em média de 60 minutos. Com a devida autorização dos entrevistados, informaremos a importância da gravação para coleta de dados para a nossa pesquisa, deixando claro que seus nomes não serão divulgados. Isto posto,

faremos o possível para deixar os entrevistados bem à vontade para que nos forneçam as informações necessárias para a nossa pesquisa. Ressaltamos que concomitantemente as gravações, utilizaremos um caderno de anotações para registros de dados relevantes para análise e transcrição posterior. Juntamente as entrevistas, como dito anteriormente, faremos uma busca documental, cujo objetivo será acrescentar com informações que dialogam com esta temática de pesquisa.

Você foi selecionado(a) por ser professor (a) da disciplina de História da escola escolhida como *Lócus* de pesquisa e por possuir subsídios para contribuição de dados enriquecedores para a mesma. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Pode-se afirmar que os riscos ao participar da pesquisa são: possível invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomada de tempo ao responder ao questionário/entrevista; divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos interferência na vida e na rotina; embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais; conflito de interesse patrocinador x pesquisa x participante da pesquisa; constrangimento ao responder questões, etc. Porém, considera-se que os riscos são mínimos, pois não haverá exposição, visto que a entrevista será realizada de forma virtual, tendo em vista a pandemia. Todavia, os riscos serão minimizados com a conduta ética e zelosa dos pesquisadores, perante os campos e sujeitos de pesquisa. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como uma tarja em suas fotos de perfil.

No que concerne os benefícios quanto à sua participação na pesquisa, acredita-se que será possível compreender a nova historiografia que coloca o escravo e seus descendentes como protagonista da sua História por meio de livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados no município de Presidente Kennedy/ES.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O(s) pesquisador(es) responsável se compromete(m) a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Ressaltamos que a participação na pesquisa não será remunerada e nem implicará em gastos, assim como haverá indenização em caso de algum tipo de dano ao participante.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente,

participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Este termo possui duas vias de igual teor onde uma ficará com o pesquisando e outra com o pesquisador.

Nome completo: Rosirani de Oliveira Barreto Machado  
 RG: 0096039688 Data de Nascimento: 09/04/72 Telefone: (21) 998918756  
 Endereço: Estrada de Boa gente  
 CEP: 28130000 Cidade: São Francisco Estado: R. J.  
 Assinatura: Rosirani Data: 15/12/2021

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: Vanda das Neves Gomes Data: 15/12/2021  
 (ou seu representante)

Nome completo: Vanda das Neves Gomes

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Vanda das Neves Gomes, via e-mail: vandagomesvg1.3@gmail ou telefone: (27) 99955-2179

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- Comitê de ética em Pesquisa - FVC  
 São Mateus (ES) - CEP: 29.933-415  
 Fone: (27) 3313-0028 / E-mail: cep@ivc.br

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: VANDA DAS NEVES GOMES**  
 ENDEREÇO: BOA ESPERANÇA, S/N, ZONA RURAL  
 PRESIDENTE KENNEDY CEP 29350-000  
 Fone: (28) 99955-2179/ E-mail: vandagomesvg1.3@mail.com

SÃO MATEUS (ES) - CEP: 29.933-415 FONE: (27) 3313-0000 / E-MAIL:  
secretaria.mestrado@ivc.br

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a): "A representação dos negros / escravos nos livros didáticos adotados no ensino fundamental I do Município de Presidente Kennedy/ES", conduzida por Vanda das Neves Gomes. Este estudo tem por objetivo verificar se os livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados em Presidente Kennedy/ES e verificar se os livros didáticos de História adotados no Ensino Fundamental I de Presidente Kennedy/ES, ao abordar a temática escravidão e vida dos descendentes dos escravos pós abolição e nos dias atuais, tratam desses assuntos alusivos ao município; verificar como os professores de História vêem a abordagem do tema escravidão e pós escravidão apresentadas pelos livros didáticos adotados; aferir se os conteúdos expostos contribuem para o rompimento do preconceito, racismo, estigma em relação aos afrodescendentes; verificar se os conteúdos apresentados nos livros didáticos adotados estão consonância com o que preconiza as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a lei 10.639, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e construir uma cartilha indicando novas possibilidades para o professor de História do Ensino Fundamental I trabalhar a temática escravidão apresentando o escravo dentro dessa nova visão da historiografia.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em compreender como iremos trabalhar com livros didáticos que tenham sido aprovados pelo Programa do Livro didático (PNLD) e que foram adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy entre 2019 a 2021. Basicamente com seis livros e ainda com análise documental, verificando se o Programa de Ensino Municipal de História do Ensino Fundamental I tem contemplado o que preceitua as LDB e a Lei n. lei 10.639/2003, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Iremos organizar formulários com perguntas semiestruturadas para entrevistar 03 professores que atuam como professores de História no Ensino Fundamental I da escola Quilombolas do Município de Presidente Kennedy/ES, EMEF "Orci Batalha", a fim de verificar como estes tem trabalhado os conteúdos referente a escravidão, pós abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje. Iremos entrevistar 01 professor atuante no 3º ano, 01 professor do 4º ano e 01 professor do 5º ano da EMEF "Orci Batalha". Estas entrevistas serão gravadas e transcritas. Pensamos que ao trabalharmos com esse quantitativo de professores de séries distintas, conseguiremos obter dados fidedignos e condições para uma escrita mais primorosa. Em decorrência da Pandemia da Covid-19 que exige o distanciamento social, realizaremos as entrevistas individualmente via contato telefônico a fim de expor nossa proposta de pesquisa. Posteriormente, organizaremos um cronograma com datas e horários para atendimento via plataforma Google Meet mediante as agendas dos participantes. Acreditamos que as entrevistas tenham duração em média de 60 minutos. Com a devida autorização dos entrevistados, informaremos a importância da gravação para coleta de dados para a nossa pesquisa, deixando claro que seus nomes não serão divulgados. Isto posto,

faremos o possível para deixar os entrevistados bem à vontade para que nos forneçam as informações necessárias para a nossa pesquisa. Ressaltamos que concomitantemente as gravações, utilizaremos um caderno de anotações para registros de dados relevantes para análise e transcrição posterior. Juntamente as entrevistas, como dito anteriormente, faremos uma busca documental, cujo objetivo será acrescentar com informações que dialogam com esta temática de pesquisa.

Você foi selecionado(a) por ser professor (a) da disciplina de História da escola escolhida como *Lócus* de pesquisa e por possuir subsídios para contribuição de dados enriquecedores para a mesma. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Pode-se afirmar que os riscos ao participar da pesquisa são: possível invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomada de tempo ao responder ao questionário/entrevista; divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos interferência na vida e na rotina; embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais; conflito de interesse patrocinador x pesquisa x participante da pesquisa; constrangimento ao responder questões, etc. Porém, considera-se que os riscos são mínimos, pois não haverá exposição, visto que a entrevista será realizada de forma virtual, tendo em vista a pandemia. Todavia, os riscos serão minimizados com a conduta ética e zelosa dos pesquisadores, perante os campos e sujeitos de pesquisa. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como uma tarja em suas fotos de perfil.

No que concerne os benefícios quanto à sua participação na pesquisa, acredita-se que será possível compreender a nova historiografia que coloca o escravo e seus descendentes como protagonista da sua História por meio de livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados no município de Presidente Kennedy/ES.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O(s) pesquisador(es) responsável se compromete(m) a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Ressaltamos que a participação na pesquisa não será remunerada e nem implicará em gastos, assim como haverá indenização em caso de algum tipo de dano ao participante.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente,

Nome completo: Duquane de Ducca Garcia Brandão  
 RG: 333688 Data de Nascimento: 13/09/1977 Telefone: 28999913721  
 Endereço: Rua José Brumana nº 906  
 CEP: 29945000 Cidade: Barra / Montanha Estado: ES  
 Assinatura: Duquane de Ducca Garcia Brandão Data: 15/12/2021

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: Vanda das Neves Gomes Data: 15/12/2021  
 (ou seu representante)

Nome completo: Vanda das Neves Gomes

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Vanda das Neves Gomes, via e-mail: vandagomesvg1.3@mail.com ou telefone: (28) 99955-2179.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - FVC  
 SÃO MATEUS (ES) - CEP: 29.933-415  
 FONE: (27) 3313-0028 / E-MAIL: [cep@ivc.br](mailto:cep@ivc.br)

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: VANDA DAS NEVES GOMES**  
 ENDEREÇO: BOA ESPERANÇA, S/N, ZONA RURAL  
 PRESIDENTE KENNEDY CEP 29350-000  
 FONE: (28) 99955-2179 / E-MAIL: [vandagomesvg1.3@mail.com](mailto:vandagomesvg1.3@mail.com)

SÃO MATEUS (ES) - CEP: 29.933-415 FONE: (27) 3313-0000 / E-MAIL:  
 SECRETARIA.MESTRADO@IVC.BR

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a): "A representação dos negros / escravos nos livros didáticos adotados no ensino fundamental I do Município de Presidente Kennedy/ES", conduzida por Vanda das Neves Gomes. Este estudo tem por objetivo verificar se os livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados em Presidente Kennedy/ES e verificar se os livros didáticos de História adotados no Ensino Fundamental I de Presidente Kennedy/ES, ao abordar a temática escravidão e vida dos descendentes dos escravos pós abolição e nos dias atuais, tratam desses assuntos alusivos ao município; verificar como os professores de História vêem a abordagem do tema escravidão e pós escravidão apresentadas pelos livros didáticos adotados; aferir se os conteúdos expostos contribuem para o rompimento do preconceito, racismo, estigma em relação aos afrodescendentes; verificar se os conteúdos apresentados nos livros didáticos adotados estão consonância com o que preconiza as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a lei 10.639, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e construir uma cartilha indicando novas possibilidades para o professor de História do Ensino Fundamental I trabalhar a temática escravidão apresentando o escravo dentro dessa nova visão da historiografia.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em compreender como iremos trabalhar com livros didáticos que tenham sido aprovados pelo Programa do Livro didático (PNLD) e que foram adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy entre 2019 a 2021. Basicamente com seis livros e ainda com análise documental, verificando se o Programa de Ensino Municipal de História do Ensino Fundamental I tem contemplado o que preceitua as LDB e a Lei n. lei 10.639/2003, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Iremos organizar formulários com perguntas semiestruturadas para entrevistar 03 professores que atuam como professores de História no Ensino Fundamental I da escola Quilombolas do Município de Presidente Kennedy/ES, EMEF "Orci Batalha", a fim de verificar como estes tem trabalhado os conteúdos referente a escravidão, pós abolição e vida dos afrodescendentes nos dias de hoje. Iremos entrevistar 01 professor atuante no 3º ano, 01 professor do 4º ano e 01 professor do 5º ano da EMEF "Orci Batalha". Estas entrevistas serão gravadas e transcritas. Pensamos que ao trabalharmos com esse quantitativo de professores de séries distintas, conseguiremos obter dados fidedignos e condições para uma escrita mais primorosa. Em decorrência da Pandemia da Covid-19 que exige o distanciamento social, realizaremos as entrevistas individualmente via contato telefônico a fim de expor nossa proposta de pesquisa. Posteriormente, organizaremos um cronograma com datas e horários para atendimento via plataforma Google Meet mediante as agendas dos participantes. Acreditamos que as entrevistas tenham duração em média de 60 minutos. Com a devida autorização dos entrevistados, informaremos a importância da gravação para coleta de dados para a nossa pesquisa, deixando claro que seus nomes não serão divulgados. Isto posto,

faremos o possível para deixar os entrevistados bem à vontade para que nos forneçam as informações necessárias para a nossa pesquisa. Ressaltamos que concomitantemente as gravações, utilizaremos um caderno de anotações para registros de dados relevantes para análise e transcrição posterior. Juntamente as entrevistas, como dito anteriormente, faremos uma busca documental, cujo objetivo será acrescentar com informações que dialogam com esta temática de pesquisa.

Você foi selecionado(a) por ser professor (a) da disciplina de História da escola escolhida como *Lócus* de pesquisa e por possuir subsídios para contribuição de dados enriquecedores para a mesma. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Pode-se afirmar que os riscos ao participar da pesquisa são: possível invasão de privacidade; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; tomada de tempo ao responder ao questionário/entrevista; divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos interferência na vida e na rotina; embaraço de interagir com estranhos, medo de repercussões eventuais; conflito de interesse patrocinador x pesquisa x participante da pesquisa; constrangimento ao responder questões, etc. Porém, considera-se que os riscos são mínimos, pois não haverá exposição, visto que a entrevista será realizada de forma virtual, tendo em vista a pandemia. Todavia, os riscos serão minimizados com a conduta ética e zelosa dos pesquisadores, perante os campos e sujeitos de pesquisa. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como uma tarja em suas fotos de perfil.

No que concerne os benefícios quanto à sua participação na pesquisa, acredita-se que será possível compreender a nova historiografia que coloca o escravo e seus descendentes como protagonista da sua História por meio de livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados no município de Presidente Kennedy/ES.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O(s) pesquisador(es) responsável se compromete(m) a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Ressaltamos que a participação na pesquisa não será remunerada e nem implicará em gastos, assim como haverá indenização em caso de algum tipo de dano ao participante.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa.

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente,

participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Este termo possui duas vias de igual teor onde uma ficará com o pesquisando e outra com o pesquisador.

Nome completo: Elaine da Natividade Silva Amaral  
 RG: 1557-420 Data de Nascimento: 23/07/1918 Telefone: 28999026595  
 Endereço: Rua Esperança s/n - Zona Rural  
 CEP: 29345-000 Cidade: Maratápolis Estado: ES  
 Assinatura: Elaine da Natividade Amaral Data: 19/11/21

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura pesquisador: Vanda das Neves Gomes Data: 19/11/21  
 (ou seu representante)

Nome completo: Vanda das Neves Gomes

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Vanda das Neves Gomes, via e-mail: vandagomesvg1.3@gmail ou telefone: (28) 99955-2179

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- Comitê de ética em Pesquisa - FVC  
 São Mateus (ES) - CEP: 29.933-415  
 Fone: (27) 3313-0028 / E-mail: [cep@ivc.br](mailto:cep@ivc.br)

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: VANDA DAS NEVES GOMES**  
 ENDEREÇO: BOA ESPERANÇA, S/N, ZONA RURAL  
 PRESIDENTE KENNEDY CEP 29350-000  
 Fone: (28) 99955-2179/ E-mail: [vandagomesvg1.3@mail.com](mailto:vandagomesvg1.3@mail.com)

SÃO MATEUS (ES) - CEP: 29.933-415 FONE: (27) 3313-0000 / E-MAIL: [secretaria.mestrado@ivc.br](mailto:secretaria.mestrado@ivc.br)

## ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EMEIEF "ORCI BATALHA"

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Francine Rocha de França Silva, ocupante do cargo de diretor escolar na EMEIEF "Orci Batalha", autorizo a realização nesta instituição que fica localizada em Cacimbinha, zona rural do Município de Presidente Kennedy/ES. A pesquisa: "A representação dos negros / escravos nos livros didáticos adotados no ensino fundamental I do Município de Presidente Kennedy/ES", sob a responsabilidade da pesquisadora Vanda das Neves Gomes, tendo como objetivo primário (geral) verificar se os livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados em Presidente Kennedy/ES, tem seguido o que aponta a nova historiografia que coloca o escravo e seus descendentes como protagonistas da sua História.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Presidente Kennedy, 01 de JUNHO de 2021.

Francine Rocha de França Silva  
DIRETORA ESCOLAR  
Decreto - nº 039/2021

Assinatura do responsável e carimbo e ou CNPJ da instituição coparticipante

## ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS / ESCRAVOS NOS LIVROS DIDÁTICOS ADOTADOS NO ENSINO FUNDAMENTAL I DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES

**Pesquisador:** VANDA DAS NEVES GOMES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 49410021.1.0000.8207

**Instituição Proponente:** INSTITUTO VALE DO CRICARE LTDA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.921.559

## Apresentação do Projeto:

Conforme a proponente do projeto pretende-se "trabalhar com livros didáticos que tenham sido aprovados pelo Programa do Livro didático (PNLD) e que foram adotados nas escolas municipais de Presidente Kennedy entre 2019 a 2021. Basicamente com seis livros e ainda com análise documental, verificando se o Programa de Ensino Municipal de História do Ensino Fundamental I tem contemplado o que preceitua as LDB e a Lei n. lei 10.639/2003, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira." A autora apresenta que irá "organizar formulários com perguntas semiestruturadas para entrevistar 03 professores que atuam como professores de História no Ensino Fundamental I" e que "Estas entrevistas serão gravadas e transcritas.". Menciona, também, que "Em decorrência da Pandemia da Covid-19 que exige o distanciamento social, realizaremos as entrevistas individualmente via contato telefônico a fim de expor nossa proposta de pesquisa."

## Objetivo da Pesquisa:

Conforme a proponente da pesquisa, os objetivos são:

Objetivo primário da Pesquisa:

Verificar se os livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados em Presidente Kennedy/ES, tem seguido o que aponta a nova historiografia que coloca o escravo e seus

**Endereço:** Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217  
**Bairro:** UNIVERSITARIO **CEP:** 29.933-415  
**UF:** ES **Município:** SAO MATEUS  
**Telefone:** (27)3313-0000 **E-mail:** cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Continuação do Parecer: 4.921.559

descendentes como protagonistas da sua História.

Objetivo Secundário:

- Verificar se os livros didáticos de História adotados no Ensino Fundamental I de Presidente Kennedy/Es, ao abordar a temática escravidão e vida dos descendentes dos escravos pós abolição e nos dias atuais, tratam desses assuntos alusivos ao município;
- Verificar como os professores de História vêem a abordagem do tema escravidão e pós escravidão apresentadas pelos livros didáticos adotados;
- Aferir se os conteúdos expostos contribuem para o rompimento do preconceito, racismo, estigma em relação aos afrodescendentes;
- Verificar se os conteúdos apresentados nos livros didáticos adotados estão consonância com o que preconiza as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a lei 10.639, que inclui em toda rede oficial de educação básica a obrigatoriedade do estudo sobre relações étnico raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira;
- Construir uma cartilha indicando novas possibilidades para o professor de História do Ensino Fundamental I trabalhar a temática escravidão apresentando o escravo dentro dessa nova visão da historiografia.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Conforme o texto apresentado pela proponente, "Os riscos serão minimizados com a conduta ética e zelosa dos pesquisadores, perante os campos e sujeitos de pesquisa. Pode-se afirmar que os riscos são mínimos, pois não haverá exposição dos participantes, visto que a pesquisa acontecerá através de contato telefônico e on-line pela plataforma Google Meet, tendo em vista a pandemia."

Benefícios:

Conforme a autora do projeto "Os benefícios a serem alcançados com a pesquisa por meio das entrevistas e a busca documental, conseguiremos compreender a nova historiografia que coloca o escravo e seus descendentes como protagonista da sua História por meio de livros didáticos de História do Ensino Fundamental I adotados no município de Presidente Kennedy/ES."

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Com base nas informações que foram apresentadas pela proponente do projeto, a pesquisa tem

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br



Continuação do Parecer: 4.921.559

relevância no que tange as discussões relacionadas a Lei n. 10.639/2003, a partir do olhar e das práticas dos professores de História do município de Presidente Kennedy.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Recomendações:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

- Folha de rosto está devidamente assinada pela proponente e pelo responsável da Instituição.
- Apresentou Termo de Autorização da Instituição Coparticipante assinado pela diretora da instituição escolar.
- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está adequado.
- O cronograma foi apresentado conforme solicitado e está adequado.
- Apresentou o formulário a ser utilizado, conforme solicitado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI 2.d.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1771297.pdf	16/07/2021 20:21:44		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.docx	16/07/2021 20:21:20	VANDA DAS NEVES GOMES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES.docx	16/07/2021 20:20:48	VANDA DAS NEVES GOMES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	15/06/2021 13:35:37	VANDA DAS NEVES GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PROFESSOR.docx	08/06/2021 14:31:15	VANDA DAS NEVES GOMES	Aceito
Declaração de	TERMO_DE_AUTORIZACAO_DA_INST	08/06/2021	VANDA DAS NEVES	Aceito

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217  
 Bairro: UNIVERSITARIO CEP: 29.933-415  
 UF: ES Município: SAO MATEUS  
 Telefone: (27)3313-0000 E-mail: cep@ivc.br



INSTITUTO VALE DO CRICARÉ



Ativar o  
Acesse Conf

Continuação do Parecer: 4.921.559

Instituição e Infraestrutura	TUICAO_COPARTICIPANTE_.jpeg	13:58:36	GOMES	Aceito
------------------------------	-----------------------------	----------	-------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO MATEUS, 20 de Agosto de 2021

Assinado por:

**José Roberto Gonçalves de Abreu**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Humberto de Almeida Franklin, nº 217

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 29.933-415

UF: ES

Município: SAO MATEUS

Telefone: (27)3313-0000

E-mail: cep@ivc.br